



REVISTA DO III SEMINÁRIO
DO FISCO PARANAENSE

Julho de 2013



O FISCO E A CIDADANIA

REVISTA DO III SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

Índice

Palavras do presidente	03
O Fisco e a Cidadania	04
Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais	08
As Carreiras de Estado e a Cidadania	13
O Fisco cearense nas ações de cidadania	17
Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais	22
Prêmio Gestor Público experiência e lançamento	31
O papel da PGE na defesa do Estado	35
Coordenação da Receita do Estado do Paraná	40

REVISTA DO III SEMINÁRIO DO FISCO PARANAENSE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Agenor Carvalho Dias
Vice-Presidente Sindical: João Marcos de Souza
Vice-Presidente de Administração: Osmar de Araújo Gomes
Vice-Presidente de Finanças: Pedro Sanches
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas: Olávio Pires Pereira

SUPLENTES

Ciro Fernando Cvilikas; Nilton José Rodrigues de Oliveira; Pedro Luiz de Paula Neto; Claudiné de Oliveira.

CONSELHO FISCAL

José Aparecido Valêncio; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi.

SUPLENTES

Carlos Mitsuki Nomura; Ghefferson Tavares; Luiz Ciruelos Sobrinho.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Reginaldo de França; Lídio Franco Sanways; José Carlos Carvalho; Joaquim Antonio da Silva Maia; Georges Jean Bruel Filho; Carlos Emil Kahali; Manoel Marques Neto; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Maria Teresa Dal Bianco Negrisoni; Benedito Maciel de Góes; Ítalo Roberto Zuan Benedetti; Angelo Cesar Correia Pinheiro; José Carlos Endlich; Erson Lopes da Silva; Fred Muniz; Osni Vito; Rejane Carla Führ Bonamigo.

SUPLENTES

Sérgio Evaristo Machado; Alexandre Seixas; Djalma Rodrigues Reys; Lauro Luiz de Vasconcelos Costa; Wagner de Faria Lima; Jorge Gomes Filho; Ricardo de Freitas; Osvaldo Chocorosqui; Ignês Bruchez; Plínio Luiz Faedo; Genildo Duffeche Tibes; Adenilson de Oliveira Arneiro; Renato Pazzanese; Maria Lúcia Chrun Cattusso.

Publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná
Rua Alferes Ângelo Sampaio, 1793
CEP 80420-160
Curitiba-PR - Fone (41) 3221-5300
www.sindafep.com.br

EQUIPE DE REDAÇÃO

SA Comunicação Sindical

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

SA Comunicação Sindical
www.sacomunicacaosindical.com.br

Palavra do presidente

Recentemente, foi publicada em um grande jornal uma reportagem referente às eleições americanas, que dizia:

“Terminada a eleição americana, já há um nome para se prestar atenção: Elizabeth Warren. Ela tem 63 anos, serviu mesas no restaurante da tia aos 13, tornou-se advogada especialista em falências, professora de Harvard e elegeu-se senadora pelo Estado de Massachusetts sem nunca ter disputado uma eleição.

Agora, Warren chega a Washington como senadora, montada na vassoura da defesa da classe média. Ela diz coisas que parecem ter saído de moda. Por exemplo:

“Neste país ninguém ficou rico à sua custa - ninguém. Você transporta seus produtos em estradas que nós pagamos; você contrata pessoas que foram educadas pelo sistema público, sua fábrica está segura porque nós pagamos à polícia e aos bombeiros. (...) Nosso contrato social pressupõe que você receba uma parte dos benefícios e pague para que um garoto seja beneficiado por ele.”

O que chama atenção nesse artigo é a questão do contrato social existente dentro de uma sociedade. Em nossa sociedade esse contrato também está presente. É ele que nos faz pertencer a uma das mais belas carreiras do Estado.

É o mesmo contrato social que nos traz responsabilidades também para com a so-

ciiedade e, dentro disso, extrapola a questão técnica inerente à nossa função de Auditores Fiscais da Receita do Estado. Vai além, buscando o retorno à sociedade da nossa capacitação técnica também em outras áreas.

A nossa ida para a sociedade, as nossas ações de cidadania, tentam trazer o reflexo desses pensamentos. Nós nos dirigimos à sociedade tentando participar, pensando que temos que retornar a ela parte daquilo que nos proporciona.

Essa participação em diferentes focos pode chocar muitos de nós, que indagam o porquê daquilo. Além da respeitabilidade, além da responsabilidade e além da necessidade, ela, em muitos casos, tem cunho econômico.

Um dos exemplos é a APACN, cuja campanha busca destinar à entidade 6 do IRRF devido. O outro lado dessa moeda é que esse recurso fica aqui, não vai para Brasília. O recurso que vai para a União pouco volta para o estado. O recurso doado fica aqui, movimentando a nossa própria economia. Tem o aspecto filantrópico, mas tem também um aspecto econômico.

O Prêmio Gestor Público é outro exemplo de ganho social e econômico. Já é uma experiência do Fisco do Rio Grande do Sul, que já provou que há uma melhoria das prefeituras que participam do prêmio, na área de planejamento, ou da execução dos seus projetos, para conseguir acessar os recur-



sos do estado que muitas vezes estão disponíveis e que as prefeituras não conseguem acessar.

Outro exemplo é o Estado do Ceará, que faz um trabalho maravilhoso, em convênio com a Universidade Federal do Ceará, de combate à miséria e de capacitação das prefeituras que possuem baixo índice de IDH.

São exemplos plausíveis de se fazer aqui dentro do Estado, elevando o nível técnico do pessoal que trabalha nas prefeituras, refletindo na arrecadação e na melhora da aplicação do recurso público que muitas vezes se esvaem por simples incompetência, não por má gestão.

Não é tudo o que podemos fazer, mas é uma parte do necessário.



O Fisco e a Cidadania

O III Seminário do Fisco Paranaense contou com sete palestras que discutiram diferentes ações e experiências ligadas à cidadania

Nos dias 23 e 24 de abril de 2013, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), realizou o III Seminário do Fisco Paranaense, que teve como tema *O Fisco e a Cidadania*.

O evento, organizado em parceria com a Escola de Administração Tributária (ESAT) da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, foi realizado na sede da Associação Médica do Paraná.

Além dos mais de 250 inscritos, os demais Auditores de todo o estado puderam acompanhar o seminário através de web conferência. A transmissão simultânea foi feita pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) para as Delegacias da Receita Estadual.

ABERTURA

A cerimônia de abertura do evento foi realizada no dia 23 e contou com a presença do presidente do SINDAFEP, Agenor Carvalho Dias, do secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, do diretor geral da Secretaria de Estado da Fazenda, Clovis Rogge, do presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), Manoel Isidro

dos Santos Neto, e da coordenadora da Escola de Administração Tributária (ESAT), Nilce Costa de Oliveira Nascentes.

De acordo com o presidente do SINDAFEP, Agenor Carvalho Dias, o tema escolhido para esta terceira edição do evento, *o Fisco e a Cidadania*, teve como objetivo promover o debate sobre as diferentes ações e experiências ligadas à cidadania.

“O entendimento de que devemos ter uma participação ativa na sociedade, não nos isolando e sim levando a nossa contribuição, quer seja técnica, social, econômica ou política, é fundamental para termos dessa mesma sociedade o reconhecimento da importância da instituição e dos funcionários públicos que a compõe”, explicou Dias.

Para Nilce Costa de Oliveira Nascentes, coordenadora da Escola de Administração Tributária (ESAT), a parceira com o SINDAFEP foi uma das coisas mais importantes que aconteceram dentro do âmbito da Coordenação da Receita do Estado (CRE).

“Nós unimos o conhecimento sindical e associativo que o SINDAFEP tem com a experiência de eventos que a ESAT possui ao longo de aproximadamente 10 anos. Nesse processo pudemos ver os nossos eventos serem profissionalizados a fim de possibilitar a todos os Auditores um evento de primeira qualidade”, afirmou Nilce

Para o presidente da FENAFISCO, Manoel Isidro, eventos como o III Seminário do Fisco Paranaense não só contribuem, mas são de extrema importância para o aprimoramento intelectual, sindical e político da categoria. “O tema Fisco e Cidadania nos força a refletir sobre o nosso papel como cidadãos e cidadãs.”

Durante os dois dias do evento a categoria pôde acompanhar as sete palestras que trouxeram diferentes ações e experiências ligadas à cidadania, desenvolvidas pelo SINDAFEP, por outros sindicatos do Fisco estadual no Brasil e estruturas de governo, no sentido de discutir e divulgar seus resultados, proporcionando uma reflexão sobre a importância da participação dos Auditores Fiscais nestes processos de transformação e inserção social.

LANÇAMENTO

Em 27 de outubro de 2013, o SINDAFEP comemora 25 anos de história sindical. Durante a manhã do primeiro dia do III Seminário do Fisco Paranaense, o Sindicato lançou o primeiro fascículo da coleção *SINDAFEP - 25 Anos de luta sindical*, que será composto por 9 edições distribuídas mensalmente a todos os filiados.

O objetivo deste material é resgatar a história da entidade, a memória de suas lutas políticas e sociais e sua transformação ao longo destes 25 anos. Também procura, em sua primeira edição, lembrar os primeiros passos da entidade antes da criação do sindicato, quando ainda era Associação.

PARANÁ COMPETITIVO

Na manhã da abertura, o secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, proferiu a palestra com o tema *Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais*.

Em 2011, após um estudo aprofundado sobre os programas de incentivo que existem no Paraná desde a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, em 1962, a Secretaria da Fazenda propôs o Programa Paraná Competitivo.

O projeto possui várias frentes para estimular o desenvolvimento do Paraná: acesso ao crédito, fomento à atração de investimentos, incentivo à internacionalização de empresas e produtos, projetos de qualificação profissional, aprimoramento de mão de obra, de inovação tecnológica e

de infraestrutura.

“O Paraná Competitivo é um sucesso absoluto. Com 123 novas empresas, 20 bilhões de investimentos já assinados, 136 mil novos empregos que serão gerados, ao lado do maior programa de incentivo de micro e pequena empresa do Brasil e envolvendo mais de 20 cadeias produtivas”, celebrou Haully.

CARREIRAS DE ESTADO

Na tarde do dia 23, Auditores Fiscais de todo o estado discutiram a relação entre as carreiras de Estado e a cidadania, com o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Juarez Freitas.

O docente trouxe para reflexão a necessidade de desenvolver com urgência no Brasil uma cultura de eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais em todas as dimensões.

“Para essa mudança de cultura é indispensável que hajam cada vez mais carreiras de Estado conscientes de si mesma e do seu



papel. Carreira de Estado é aquela capaz, diante dos impulsivismos da política, de dizer não e pensar em desenvolvimento a longo prazo”, ressaltou Freitas.

O jurista ainda avaliou como essencial que a Administração Tributária estabeleça uma ponte entre o trabalho do Fisco de arrecadar e a destinação desses tributos para fins de desenvolvimento humano e sustentável.

EXPERIÊNCIA

A segunda mesa da tarde do dia 23 contou com o diretor do Sindicato dos Fazendeiros do Ceará (SINTAF) José Nilson Fernandes Filho, que apresentou a experiência do Fisco cearense nas ações de cidadania.

“Uma característica do nosso sindicato, pela realidade vivida no Ceará, que é um estado pobre, é que saímos da esfera estadual e entramos na esfera municipal tentando estruturar administrações tributárias em municípios considerados com maior índice de miséria”, explicou Fernandes Filho.

Segundo o diretor, uma pesquisa realizada Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), do qual o SINTAF passou a ser pa-

trocinador do projeto desde sua fundação em 2006, os municípios que demonstram maior número de pobre e miseráveis, são exatamente os municípios que não possuem uma organização administrativa tributária.

“A nossa atividade tem uma relação direta com a pobreza ou com o bem estar das pessoas. E cabe ao governo aplicar os recursos que nós arrecadamos”, complementou Fernandes Filho.

AÇÕES

A Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná, Fernanda Bernardi Vieira Richa, abriu os trabalhos do segundo dia do III Seminário do Fisco Paranaense, tratando das ações desenvolvidas pela Secretaria nos municípios de baixo IDH.

Segundo Fernanda, até 2011 não existia uma ação social voltada para todo o Paraná. “Começamos agora a ter números favoráveis com relação ao que tínhamos.”

De janeiro a junho de 2011, Fernanda e sua equipe aglutinaram todos os elementos referentes à assistência social que estavam

dispersos na organização administrativa do estado para formar a atual Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

Desta forma, a partir de setembro de 2011, a Secretaria começou a receber recursos humanos e orçamento do governo estadual, o que marcou efetivamente o início do seu funcionamento.

Hoje, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná é responsável pela política de assistência social, pelo Sistema Único de Assistência Social, pela política da criança e do adolescente, pela política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei e pelo Sistema Socioeducativo.

“O que buscamos é parceiros que venham somar, que venham participar dessas ações de desenvolvimento, porque só o governo não atende todas as necessidades”, expôs Fernanda.

PRÊMIO

A segunda palestra do dia 24 tratou sobre o Prêmio Gestor Público. Para colaborar com esse debate a diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas do Sindifisco-RS e coordenadora geral do Prêmio Gestor Público-RS, Virginia Cano, e o Agente Fiscal do Tesouro do Estado Rio Grande do Sul e membro do Comitê Técnico do Prêmio Gestor Público-RS, José Flávio de Oliveira, apresentaram a experiência do projeto no Rio Grande do Sul, que já está em sua décima segunda edição.

Segundo Oliveira, o Prêmio Gestor Público (PGP) tem como objetivo reconhecer os projetos que mudem a realidade dos municípios gaúchos, além de aprimorar a qualidade do planejamento da gestão pública municipal. “É a esfera municipal que precisa de mais planejamento, de mais controle,



além de transparência”, afirmou.

Ao longo de todas as edições, o PGP conquistou prestígio no Rio Grande do Sul, se tornando uma vitrine para os prefeitos.

A premiação tornou-se um parâmetro de qualidade, técnico e político, para a gestão pública municipal no Rio Grande do Sul. Muito desse reconhecimento se deve à seriedade e ética da premiação.

O procurador aposentado do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e coordenador-geral do Prêmio Gestor Público Paraná, Laerzio Chiesorin Júnior, explicou sobre a iniciativa do SINDAFEP de realizar a versão paranaense do PGP em 2013, com o tema *Educação: uma necessidade, uma certeza*.

Idealizado nos moldes da versão gaúcha, o PGP-PR reconhecerá, todo ano, projetos que se destaquem nas mais diversas áreas.

No Paraná, assim como no Rio Grande do Sul, não só a prefeitura poderá concorrer, mas também entidades da administração indireta e consórcios municipais que se inscreverem, gratuitamente, pelo site da premiação.

PGE

O *Papel da Procuradoria Geral do Estado* (PGE) na defesa do Estado foi o tema da primeira palestra da tarde do segundo dia do III Seminário do Fisco Paranaense.

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, Roberto Altheim, apresentou aos presentes a estrutura da PGE, sua organização, atribuições e as vitórias resultantes da parceria entre a Procuradoria e o Fisco, ressaltando sobre a importância desta relação e a abertura da PGE em atender aqueles que necessitam.



“Algumas medidas importantes realizadas recentemente possibilitam que nós tenhamos um trabalho mais eficiente na defesa do erário. É isso que buscamos com essa palestra”, comentou Altheim.

CRE

Para encerrar os trabalhos do Seminário, os Auditores Fiscais Maria de Fátima Zanardini Albini e Glauco Oscar Pires apresentaram os principais projetos de informatização desenvolvidos pela Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Segundo Maria de Fátima um desses grandes projetos é o processo eletrônico ou simplesmente e-Processo. “Nós apresentamos os objetivos e metas do processo eletrônico, que se tornou agora um projeto de Estado”, comemora.

Além disso, a Auditora Fiscal também explicou sobre o projeto piloto Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), que tem obtido grande aceitação do público, e o projeto PROFISCO, que será financiado com os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Já o auditor fiscal Glauco Oscar Pi-

res mostrou aos presentes os principais objetivos do projeto de tecnologia da informação denominado Phoenix e a complexidade de suas atividades. “Buscamos mostrar que não estamos fazendo uma mera aquisição de tecnologia e sim estamos adquirindo um conjunto de aspectos para serem trabalhados e que se desdobram em diversas atividades.”

AVALIAÇÃO

Para o presidente do SINDAFEP, Agenor Carvalho Dias, o seminário foi um sucesso. “Tivemos um Seminário vibrante, com uma qualidade de palestrantes que nos surpreenderam positivamente. A interação entre os Auditores presentes e os que acompanharam pela web foi muito importante e enriqueceu o debate”, avaliou Dias.

A avaliação também foi positiva para o Vice-Presidente de Administração do SINDAFEP, Osmar de Araújo Gomes. “Depois de dois dias de debates e bons palestrantes, o público ficou até o final usando a prerrogativa de participar de um evento que já está na sua terceira edição.”



Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais

A palestra de abertura, que teve como tema Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais, proferida pelo Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, iniciou os trabalhos do III Seminário do Fisco Paranaense.

Segundo Haully, pensar o tema desta terceira edição - o Fisco e a Cidadania - é ter a certeza de que o serviço público existe e trabalha para o cidadão ou contribuinte.

“O cidadão é o alvo principal da existência da entidade do governo. Nós existimos para que o cidadão paranaense possa ter o melhor governo, as melhores condições de estrutura de Estado, escolas, hospitais, universidades, esportes, cultura, lazer, segurança pública e outros”, explicou Haully.

Hoje, no sistema estabelecido, para que o governo do estado possa ter recursos para disponibilizar os serviços essenciais aos cidadãos é fundamental o trabalho dos

Audidores Fiscais da Receita do Estado do Paraná.

“A existência do Estado depende dos recursos do Fisco. Aí está o fundamento maior sobre a importância dessa categoria”, declarou.

ICMS

Segundo Haully, desde sua criação, em 1967, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, que a partir de 1988 passou a ser chamado de ICMS, com a inclusão de alguns serviços - permaneceu com o mesmo índice de arrecadação nacional de 7,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) bra-

sileiro. Essa estagnação também aconteceu no Paraná, que manteve o mesmo índice nacional.

Entretanto, a carga tributária do ICMS nestes 46 anos aumentou, saindo de cerca de 15 a 20 por cento para em torno de 37 por cento, enquanto a carga tributária geral aumentou para cerca de 50 por cento.

O congelamento do ICMS por governadores, Assembleias Legislativas e Fiscos estaduais, que não desejaram aumentar o potencial de arrecadação do imposto, se deu ao mesmo tempo em que a União, criou tributos concorrentes ao ICMS na base de consumo como PIS, COFINS e outros.

“Todos os estados estão sofrendo muito, porque a interferência no ICMS é brutal”, explicou Haully.

Em 1988, o ICMS também passou a incidir sobre as operações que envolvem energia elétrica, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais que, antes da Constituição Federal de 1988, eram sujeitos apenas ao Imposto Único Federal.

Essas mudanças trouxeram aumentos na arrecadação. No entanto, no que se refere a energia elétrica, petróleo e seus derivados houve queda.

“Na verdade, todo o potencial de energia que foi inserido dentro do ICMS foi virando crédito na cadeia produtiva. Hoje, com o princípio de estímulo da energia, do petróleo e seus derivados, os estados produtores de energia e petróleo acabaram pagando a conta do país”, explicou Haully.

Para superar o problema, o Paraná decidiu concentrar a tributação nas telecomunicações e petróleo. Entretanto, assim como outros estados, passou a sofrer a intervenção do Governo Federal na ma-



nipulação dos preços destes itens.

De acordo com o secretário, a interferência do governo federal nos estados e municípios é injusta. “Hoje a União tem tudo e os estados não têm nada, além de percebemos um agravamento nos últi-

mos vinte anos, onde os estados estão extremamente subservientes perante o Poder Central”.

Para Haully, a solução desse problema passa pelo aumento do potencial do ICMS para 10 por cento do PIB, além da

O PARANÁ EM DADOS:

DEFASAGEM DE PREÇOS:

Últimos 7 anos: Petróleo 20%



Abril de 2013:

Energia - R\$ 45 milhões



POSSUI 240 MIL MICROEMPRESAS

85% não paga ICMS

unificação da alíquota.

GUERRA FISCAL

Neste cenário da arrecadação do ICMS, a Guerra Fiscal tem trazido grandes prejuízos para os estados e para a economia de mercado.

“Se uma empresa que já venceu o período de benefício enfrenta uma nova empresa com benefícios, que tem preços reduzidos, com máquinas modernas e novas tecnologias, será derrubada por ela”, declarou Haully.

Ao longo do tempo, a Guerra Fiscal tem se estabelecido na crença de alguns governadores estaduais que acreditam

que essa é a única forma de fazer o seu estado se desenvolver.

Esse processo faz com que ao vencer o período de isenção fiscal a empresa procure outro lugar para se estabelecer, gerando prejuízos para o estado e para os trabalhadores que ela deixa.

Para estabelecer as empresas no Paraná, há 50 anos o governo do estado oferece incentivos fiscais.

PARANÁ COMPETITIVO

Em 2011, após um estudo aprofundado sobre os programas de incentivo que existiram no Paraná desde a criação do

Fundo de Desenvolvimento Econômico, em 1962, a Secretaria da Fazenda do Estado propôs o Programa Paraná Competitivo.

O projeto possui várias frentes para estimular o desenvolvimento do Paraná: acesso ao crédito, fomento à atração de investimentos, incentivo à internacionalização de empresas e produtos, projetos de qualificação profissional, aprimoramento de mão de obra, de inovação tecnológica e de infraestrutura.

“O objetivo do programa é competir com os outros estados, com bases tradicionais e determinação de prazo. Esse programa é hoje o maior sucesso da his-

PARANÁ COMPETITIVO

GANHOS

Mais de **120 empresas**



Investimentos: cerca de **R\$ 20 bilhões**

136 mil novos empregos



INVESTIMENTOS

33% na Região Metropolitana de Curitiba

67% Interior do Estado

tória do Paraná”, comemorou Haully.

O Programa Paraná Competitivo trará o maior investimento privado da história do estado, com a instalação da empresa Klabin na cidade de Ortigueira. A empresa deverá investir cerca de R\$ 7 bilhões na indústria de celulose e mais R\$ 1,2 bilhão na máquina de cartões.

A chegada da Klabin em Ortigueira fará uma transformação profunda na cidade e em 11 municípios do entorno. A região possui algumas das cidades mais pobres do Paraná, com IDH abaixo da média nacional.

“O governo do Governo do Paraná criou um grupo de trabalho com entidades e prefeituras a fim de preparar a região e a cidade para receber as 25 mil pessoas que irão construir a fábrica e a nova economia que será gerada”, explicou Haully.

Para desenvolver um correspondente social, o Programa Paraná Competitivo, exige de todas as empresas que assinam o protocolo uma contrapartida financeira do benefício concedido.

No caso da Klabin, a empresa deverá fazer um investimento de R\$ 600 milhões em estradas estaduais, invertendo o que geralmente acontece, quando primeiro se dá o benefício para a empresa. Assim, a própria empresa estará viabilizando o investimento.

Para conseguir atingir o sucesso do Programa Paraná Competitivo, Haully garante que a credibilidade, segurança jurídica e eficiência administrativa do atual governo estadual estão fazendo a diferença.

O Paraná tem sofrido grandes perdas na arrecadação, ao longo dos últimos 50 anos. O estado deixa de receber 29,5 por cento do ICMS a que teria direito, referente às isenções da União, à Lei Kandir e à isenção do papel imprensa.



“Não estão contabilizadas aqui as renúncias fiscais das microempresas e segmentos das cadeias produtivas e a sonegação que sempre existiu e que nós combatemos com firmeza”, complementou Haully.

Ao mesmo tempo em que tem perdido arrecadação, a independência tributária dos estados, conquistada em 1988 com a Constituição Federal, foi sistematicamente invertida.

Um exemplo, é o repasse das responsabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Há 10 anos, 70 por cento do financiamento do SUS era de responsabilidade da União. Hoje, isso representa apenas 30 por cento, ficando a cargo dos estados e municípios o restante.

“A nossa arrecadação do ano passado cresceu 13 por cento, quando somadas as transferências estaduais ela caiu para 10,9 por cento. A transferência resultou em um déficit de R\$ 450 milhões para o Paraná em função dos benefícios concedidos no Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) pelo governo federal”, contou Haully.

A discrepância entre o pagamento da dívida entre Paraná e federação também tem trazido prejuízos. Em 2012, o estado pagou 14,5 por cento de juros, referente a falência do Banestado, enquanto a dívida do governo federal teve juros de 7,25 por cento. “Pagamos para a União o dobro do que ela paga para seu credor”, desabafou Haully.

**COM A INSTALAÇÃO DA EMPRESA KLABIN
NA CIDADE DE ORTIGUEIRA. A EMPRESA
DEVERÁ INVESTIR CERCA DE R\$ 7 BILHÕES NA
INDÚSTRIA DE CELULOSE E MAIS
R\$ 1,2 BILHÃO NA MÁQUINA DE CARTÕES.**

Os precatórios, que começaram a ser pagos em 2012, representaram naquele ano R\$ 500 milhões a menos nos cofres do governo do estado.

Desde janeiro de 2011, o Paraná já pagou 3,5 bilhões em dívidas e não contratou nenhuma nova, a não ser as obras destinadas à Copa do Mundo, que irão para a construção do estádio e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da mobilidade que visa melhorar a infraestrutura para o evento.

Apesar do panorama desanimador, Haully propõe uma solução relativamente simples: equalização da remessa de dinheiro da União para os estados. Caso fosse dessa maneira, o dinheiro a ser recebido pelo Paraná cobriria a isenção dos impostos feita pelo Governo Federal, extinguindo a necessidade de empréstimos.

Porém, ao contrário da solução visada pelo secretário, as reformas do ICMS e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) não são favoráveis ao Paraná. “A Federação não é boa para o Paraná. O Pa-

raná está sendo roubado pelo Brasil em R\$ 5 bilhões por ano”, afirmou Haully.

REESTRUTURAÇÃO

Desde 2011, quando o governo Beto Richa assumiu como governador do Paraná, o estado tem investido no Fisco.

“Nós fizemos uma revolução no Fisco do Paraná, que ainda está em curso. A cada dia estamos tendo mais o controle de todas as empresas”, explicou Haully.

Além disso, um novo sistema que está em desenvolvimento permitirá controlar toda a arrecadação e despesas do estado *on line*.

Para gerar essas melhorias no trabalho dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná e no serviço público paranaense, o governo do estado já investiu cerca de R\$ 1,5 bilhão em equipamentos de tecnologia da informação.

“O Fisco do Paraná era o pior do Brasil em controle de empresas, no que se tratava de tecnologia. Entravam 600 mil notas fiscais por dia e não se sabia

o que fazer. Hoje, o que levava 30 horas se faz em 30 segundos.”

As mudanças que estão ocorrendo não são apenas em equipamentos, mas também em recursos humanos, com a abertura de concurso para contratação de 100 novos Auditores Fiscais da Receita estadual.

O concurso visou contratar profissionais da área da tecnologia da informação com o objetivo de adequar o Fisco paranaense às necessidades tecnológicas.

“Acredito muito que o Fisco do Paraná está sendo fortemente reestruturado, valorizado, capacitado, prestigiado. É o que podemos fazer”, afirmou Haully.

Segundo Haully, o trabalho sério e comprometido que a Secretaria da Fazenda tem desenvolvido no Paraná tem gerado resultados positivos. “Enquanto São Paulo teve um déficit de 1 por cento na arrecadação, nós tivemos uma arrecadação positiva real de 5 por cento”, comemorou.



**“O FISCO DO PARANÁ
ERA O PIOR DO
BRASIL EM CONTROLE
DE EMPRESA NO
QUE SE TRATAVA
DE TECNOLOGIA.
ENTRAVAM 600 MIL
NOTAS FISCAIS POR
DIA E NÃO SE SABIA
O QUE FAZER. HOJE
O QUE LEVAVA 30
HORAS SE FAZ EM 30
SEGUNDOS.”**

Luiz Carlos Haully



As Carreiras de Estado e a Cidadania

A segunda palestra do III Seminário do Fisco Paranaense discutiu a relação entre as carreiras de Estado e a cidadania, com o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Juarez Freitas.

De acordo com a Emenda Constitucional nº42, os Auditores Fiscais ocupam uma carreira essencial ao funcionamento do Estado. Além disso, o Fisco é essencial para a implementação concreta dos direitos fundamentais em todas as dimensões.

“Hoje, já existe um consenso de que sem um Estado regulador e sem um Estado garantidor minimamente da aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais é impossível viver razoavelmente em sociedade”, explicou o jurista.

DIMENSÕES

- 1º- Direitos individuais
- 2º- Direitos fundamentais sociais
- 3º- Direito ao ambiente limpo e ao desenvolvimento sustentável

“O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É AQUELE CAPAZ DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS GERAÇÕES PRESENTES, SEM IMPEDIR QUE AS GERAÇÕES FUTURAS SUPRAM AS SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES”

Juarez Freitas

Ainda segundo Freitas, com a crise de 2008 comprovou-se mais uma vez que o mercado é incapaz de se auto regular, sem a presença racional do Estado.

CONSTITUIÇÃO

Segundo Freitas, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) não é mais a mesma dos dias atuais. A forma como ela é interpretada hoje mostra um panorama diferente daquele do início dos anos 1990.

“Nosso modo de olhar a Constituição Federal” é outro; em vários aspectos é melhor. E essa mudança é cada vez mais rápida”, comemorou o jurista.

Segundo o Artigo 5º da CF/88, os Direitos Fundamentais têm aplicabilidade direta e imediata, independente de lei ou regra. Porém, até bem pouco tempo atrás, conta Freitas, o Poder Judiciário não aplicava diretamente esse dispositivo.

Apesar da demora, o Judiciário percebeu o dever de aplicar diretamente a eficácia dos direitos fundamentais. Como exemplo, em uma capital brasileira o Ministério Público entrou com uma ação pedindo a criação de um programa de atendimento a crianças vítimas de abusos sexuais.

O governo da capital em questão negou a ordem e entrou com recurso

baseado em dois argumentos: o município entendia que a matéria não poderia ser judicializada e que somente o Poder Executivo do município pode definir onde aplicar seu orçamento.

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde os Ministros interpretaram que o artigo 226 da CF/88 dispõe sobre a prioridade absoluta de proteção e garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que devem ser mantidos a salvo de qualquer forma de opressão, obrigando o município a cumprir.

Segundo Freitas, essa mudança na sensibilidade jurídica traz grande avanços para o país. “Uma abordagem jurídica tem que ser consequencial. Não pode ser só linguística, nem só sistêmica. Tem que saber o impacto da tese.”

Outro exemplo de mudança de percepção, também pautado na Constituição Federal, é o artigo 225 que trata do direito fundamental à ambiente limpo.

“O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de atender as necessidades das gerações presentes, sem impedir que as gerações futuras supram as suas próprias necessidades”, afirmou Freitas.

A partir de 2010, toda licitação, para ser juridicamente sadia, tem que incorporar critérios de sustentabilidade. Essa mudança traz melhorias significativas para toda a sociedade.

Segundo Freitas, o Estado existe para garantir os direitos fundamentais, mas sem Estado o mercado não é capaz de resolver os principais problemas, chamados de *falhas do mercado*.

“Nós começamos a exigir que o judiciário determine a aplicabilidade direta da Constituição dos importantes direitos fundamentais. Mas não pararemos aqui, nós exigiremos que a Adminis-



tração Pública realize um controle de efetividade dos direitos fundamentais,” comentou Freitas.

Além das importantes mudanças proporcionadas pela Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº42, aprovada em 2003, reconhece a Administração Tributária como essencial para o funcionamento do Estado, voltado para os direitos fundamentais da população.

INIQUIDADE

Segundo Freitas, o Estado brasileiro é muito atrasado. “Isso não é só brasileiro. O sistema econômico americano é extremamente iníquo. O Brasil olha às vezes para os Estados Unidos e deveria olhar para os países nórdicos, em termos de Índices de Desenvolvimento Humano.”

De acordo com o livro *O Preço da Iniquidade*, os Estados Unidos tem um estado de direito que serve apenas a 1 por cento da população, não servindo como modelo para o Brasil.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trazendo as possibilidades de ações de mudanças para os dias atuais, Freitas indica alguns pontos necessários para que os direitos fundamentais no Brasil tenham mais chance de eficácia direta.

O primeiro ponto de mudança é o desenvolvimento de um sistema eficiente e igualitário que acabe com a Guerra Fiscal. O clima de exceção coloca estados contra estados. Nesse caso, os maiores perdedores são os direitos fundamentais.

“Vem sendo dados incentivos sem critério científico, sem julgamento inter-



temporal de longo prazo e feito renúncias fiscais apenas pelo fato de que outro estado estará fazendo. Isso é irracionalidade sistêmica”, exclamou o jurista.

Para evitar esses atentados constantes à Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos fundamentais, e promover a paz na Federação brasileira, Freitas propõe que as desonerações da União sejam horizontais.

Para o jurista o sistema atual não atende as expectativas. Um exemplo é o setor automobilístico que, além da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), permite facilidade de acesso ao crédito.

“Será que em termos de atendimento aos direitos fundamentais o correto é incentivar o crédito irresponsável para aquisição de veículos, ou será que o Brasil deveria desonerar a Indústria de Tecnologia da Informação a fim de incentivar o desenvolvimento de tecnologias avançadas no país?”, indagou Freitas.

ESTADO EMANCIPADOR

Para mudar essa realidade, o jurista acredita que as escolhas de políticas públicas devem ser feitas por servidores de Carreiras Típicas de Estado. Também acredita que o fortalecimento da Administração Tributária é um dos caminhos para essa mudança.

Segundo Freitas, um dos principais problemas do atual modelo de administração pública é a discrepância entre cargos efetivos e comissionados nas diferentes esferas do poder.

“Creio existir relação causal entre a diferença entre carreiras de Estado e cargos comissionados e a formulação de políticas contrárias ao interesse da população”, disse Freitas.

A eleição por lista tripartite dos servidores que ocuparão os cargos no serviço público também é apontada como alternativa para se consolidar um Estado de direito.

“É necessário reduzir cada vez mais



vel por limitar os impulsos mais primitivos do homem”.

Seguindo esse raciocínio, o jurista acredita que todos os problemas atuais da humanidade irão desaparecer, cedo ou tarde; seja a falta de afeto nas relações sociais, o preconceito, o consumo irracional, tudo irá, aos poucos diminuir conforme o córtex pré-frontal se desenvolva.

Outra descoberta neurocientífica foi citada pelo jurista para provar uma sociedade mais atenta à empatia. Pesquisas do brasileiro Jorge Moll indicaram que as pessoas que praticam o bem têm liberação de dopamina no cérebro, mesma substância liberada durante o prazer sexual. Ou seja, pessoas que praticam trabalho voluntário, que exercem suas profissões com cidadania e respeito, causam bem-estar a si mesmas.

“O ser humano não é o *homo economicus*. Somos capazes de agir desinteressadamente”, exaltou Freitas.

Desta maneira, Freitas parabenizou o SINDAFEP por suas ações junto à APACN, ao CEDI e elogiou a iniciativa do Prêmio Gestor Público Paraná. Para ele, essas atividades mostram um sindicato que pensa a sociedade no qual está inserido.

“Uma categoria que não quer só arrecadar, mas também quer ver o uso correto desses tributos. O Fisco do Paraná é um exemplo de carreira de Estado para o Brasil”, afirmou.

o espaço para a política transitória, pois a mesma tem sempre o horizonte imediatista. E o horizonte das políticas públicas responsáveis não pode ser para a próxima eleição”, explicou Freitas.

Segundo o jurista, o Brasil melhorou a renda, mas não foram pensadas questões associadas à melhoria de renda com os direitos fundamentais.

“É necessário que se pense campanhas educativas para que a população que teve aumento de renda também tenha aumento de qualidade de vida”, defendeu Freitas.

Para exemplificar, Freitas citou a pesquisa denominada de *Teste do Marshmallow*, que trabalhou com crianças oferecendo um doce. Caso ela não o comesse nos próximos quinze minutos, ganharia dois doces. Todas essas crianças foram reavaliadas quando adultas e as que esperaram a recompensa se tornaram mais bem sucedidas.

“Nossos políticos quase todos reprovariam no *Teste do Marshmallow*. Nós vivemos em uma sociedade de super

consumismo, em que ninguém quer ganhar nenhuma gratificação. Precisamos mudar isso”, explicou.

MUDANÇA

Para Juarez de Freitas, as mudanças na forma de pensar a sociedade e os direitos fundamentais já vem acontecendo porque a sociedade não aceita mais que as pessoas morram por omissão dos poderes públicos. O jurista acredita, ainda, que as mudanças se devem a fatores biológicos.

“Nós temos dois sistemas, o primeiro é impulsivo, parecido com qualquer outro animal. Há pouco tempo, em termos biológicos, o cérebro humano desenvolveu o córtex pré-frontal, formando o sistema reflexivo responsá-

“É NECESSÁRIO REDUZIR CADA VEZ MAIS O ESPAÇO PARA A POLÍTICA TRANSITÓRIA, POIS A MESMA TEM SEMPRE O HORIZONTE IMEDIATISTA.”

Juarez Freitas



O Fisco cearense nas ações de cidadania

Em tom descontraído, o Auditor do Tesouro Estadual da Secretaria da Fazenda do Ceará (SEFAZ) José Nilson Fernandes Filho, diretor do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf), encerrou o primeiro dia do III Seminário do Fisco Paranaense trazendo para o debate a Experiência do Fisco cearense nas ações de cidadania.

Hoje o Ceará é um dos estados mais pobres do Brasil e o desenvolvimento de ações cidadãs são fundamentais para um estado que tanto necessita.

“Isso amplia a nossa responsabilidade,

enquanto servidores do Estado, enquanto Fiscais que somos responsáveis por arrecadar os impostos e amplia nossa responsabilidade de exigir o bom uso daquilo que a gente arrecada”, explicou Fernandes Filho.



SINDICATO

Diante dessa realidade, a Diretoria do Sintaf Ceará ampliou sua visão sobre a importância de uma atuação estratégica para o fortalecimento das lutas sindicais e começou a atuar sobre três pilares: categoria, instituições e sociedade.

Na busca pelos direitos da categoria, o Sintaf conquistou, junto ao Governo do Ceará, o reconhecimento da titulação acadêmica na composição do salário dos Fazendários.

“Com essa conquista vimos a necessidade de fazer convênios com faculdades e universidades para ampliar a capacitação de nossos filiados”, lembrou Fernandes Filho.

Além da oferta para os cursos de pós-graduação, em 2006, o Sintaf também firmou convênio para turmas de Mestrado em Políticas Públicas com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em conjunto com esse convênio, a entidade tomou ciência que dentro da UFC, no Curso de Pós-Graduação

ATUAÇÃO SINDICAL ESTRATÉGICA

CATEGORIA: O Sintaf busca trabalhar de forma estratégica, encampando grandes lutas que terão repercussões a curto, médio e longo prazos, e exemplo da Lei Orgânica do Fisco Cearense.

INSTITUIÇÕES: O Sindicato buscou ampliar as parcerias com as Instituições afins, com o objetivo de consolidar a base de sustentação de seus trabalhos.

SOCIEDADE: O Sindicato visa ser conhecido e reconhecido pela sociedade como uma entidade cidadã, cuja categoria não se preocupa apenas com as questões corporativas.

em Economia estava sendo formado o Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), passando o Sintaf a ser patrocini-

nador do projeto, desde sua fundação em 2006, com recursos financeiros e humanos.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA POBREZA

Segundo Fernandes Filho, o projeto tem como finalidade principal estudar as causas e consequências da pobreza e desigualdade social no Brasil, com foco nos problemas do Nordeste e do Ceará. “Através dos dados estatísticos visamos melhorar o combate a miséria, fome e outros, ou seja, tentar usar a estatística a favor de um bom planejamento.”

Em 2010, a então candidata a presidente, Dilma Rousseff, conheceu os estudos do LEP, em visita ao Ceará, e incluiu



o combate à miséria em seu plano de governo, utilizando algumas diretrizes apontadas pelo Laboratório no Programa *Brasil sem Miséria*.

De acordo com Fernandes Filho, são projetos como esse que fazem a diferença no Ceará. Hoje o estado está enfrentando a pior seca dos últimos 40 anos, onde metade da população está submetida a essa situação.

Desta maneira, o Laboratório de Estudos da Pobreza é reconhecido pelo estado e pelo governador, por seu trabalho desenvolvido e pelos recursos que chegam no Ceará através do Programa *Brasil sem Miséria*.

Frequentemente, por solicitação do Sintaf e com ajuda de seus mestres, o LEP desenvolve e apresenta estudos variados de interesse para a sociedade e categoria. O mais recente é uma pesquisa sobre *Eficiência da Administração Tributária e redução da pobreza nos municípios cearenses*.

“Nós descobrimos, de maneira científica, que os municípios que demonstram o maior número de pobres e miseráveis são exatamente os municípios que não



possuem uma organização administrativa tributária”, explicou Fernandes Filho.

Ainda segundo o Auditor, essa situação é sintomática. Para os administradores municipais dessas cidades, é mais cômodo receber repasses do que criar uma estrutura para cobrar impostos mínimos. Sem arrecadação, não é necessário prestar contas, o que tem ocasionado uma série de desmandos no estado.

“Esses administradores tem interesse também em excluir a população da cidadania. Aí, os pequenos coronéis dos 184 municípios vêm a tona e a todo vapor”, complementou Fernandes Filho.

FUNDAÇÃO SINTAF

Em 29 de fevereiro de 2008, o Sindicato criou a Fundação Sintaf, com o intuito de ser um instrumento para o desenvolvimento da categoria. Porém, nesses cinco anos, a Fundação se tornou uma ferramenta para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão para sociedade, bem como o aperfeiçoamento científico e tecnológico das administrações pública e privada.

Além disso, a Fundação Sintaf vem realizando uma série de iniciativas para a categoria e para a sociedade, a exemplos de cursos, palestras e seminários.

Seu mais recente trabalho é o Programa de Responsabilidade Socioambiental que visa englobar o projeto de inclusão social para as comunidades que ficam

CEARÁ

9 milhões de habitantes



4,5 milhões moram na região seca



no entorno das unidades fazendárias.

O primeiro projeto da Fundação envolveu a região da Secretaria da Fazenda localizada próxima à favela Poço da Draga, que conta com cerca de 2 mil moradores.

“Foram relatados assaltos, roubos, depredações e outros delitos e alguns auditores queriam que separássemos a favela da secretaria com um muro. Nós fizemos o contrário. Através da Fundação Sintaf fomos para dentro da favela”, explicou Fernandes Filho.

No primeiro momento, a Fundação realizou um estudo para identificar os problemas dentro da comunidade carente. Constatou-se que um dos principais problemas eram as mulheres, donas de casa, que não possuíam renda nem formação e que, quando não mães solteiras, tinham os maridos trabalhando na coleta de lixo e os filhos, em sua maioria, na drogadição.

Assim, a primeira intervenção foi a criação de um curso gratuito de corte e costura para as mulheres do Poço da Draga. “Escolhemos este curso devido ao nú-

mero expressivo de indústrias têxteis no estado”, justificou Fernandes Filho.

O prefeito de Fortaleza se interessou pela atuação da Fundação Sintaf e propôs a ampliação destas ações. Nasceu, assim, o *Poço de Cultura*, projeto que visa desenvolver a comunidade do Poço da Draga por meio de um processo contínuo de formação artística e cultural, numa perspectiva de transformação social da comunidade.

Lançado em 2 de março deste ano, em parceria com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e a ONG Velaumar, o projeto forma agentes culturais para visitar os mais de 500 lares da favela, levando livros, para estimular a leitura. Em para-

lelo, o Sintaf lançou uma campanha para a ampliação do acervo da biblioteca existente na sede da ONG Velaumar.

“Além de tudo isso, temos ainda os cursos de informática, redação e alfabetização de adultos”, completou Fernandes Filho.

A experiência deu tão certo no Poço da Draga que a Fundação Sintaf quer levar os mesmos moldes dessa atuação para onde a SEFAZ possui instalações. “A ideia é que cada posto fiscal exerça um projeto social”, explicou o diretor.

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Sintaf considera ser dever de todos o combate à pobreza e, baseados nos estudos do LEP, acredita que a solução pode vir de uma gestão eficiente das finanças públicas.

Nesse sentido, em dezembro de 2012, o Sintaf e a Assembleia Legislativa do Ceará, através do então presidente da Casa, deputado Roberto Cláudio, assinaram um convênio permitindo que a Universidade do Parlamento Cearense (Unipace) ofereça novos cursos voltados para a administração pública.

Em 2013, o Sintaf e a Fundação Sintaf se reuniram com a reitora da Unipace, deputada Patrícia Sabóia, para acertar as diretrizes do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

“NÓS DESCOBRIMOS UMA OPORTUNIDADE, DE NÓS AUDITORES FISCAIS DE MELHORARMOS OS MUNICÍPIOS QUE DEMONSTRAM O MAIOR NÚMERO DE MISERÁVEIS.”

José Nilson Fernandes Filho

O Curso de Especialização, que foi lançado no dia 15 de maio, compõe um conjunto de iniciativas do programa *Qualificação da gestão pública municipal para a redução da pobreza e desigualdade no Ceará*.

“Nós descobrimos uma oportunidade de nós, Auditores Fiscais, melhorarmos os municípios que demonstram o maior número de miseráveis, que são exatamente aqueles municípios que não têm organização administrativa tributária”, explicou Fernandes Filho.

Além disso, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Cedro foram escolhidos pelo Sintaf como pilotos para o desenvolvimento do Programa. Porém, outras 14 prefeituras querem participar do projeto graças ao respeito que o sindicato tem perante a sociedade.

Segundo Fernandes Filho, o intuito do projeto é dar autonomia para os 184 municípios do Ceará que são pobres, não por falta de recursos, mas sim por falta de seriedade e de compromisso com a população das pessoas que ganham com essa pobreza.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE



- Cidade portuária rica conta com **120** grandes empresas.
- **4^a** maior em arrecadação no CE
- **Não tem fiscal**
- **181^o** no IDH do Ceará

CEDRO



82% da população vive na pobreza

40% da população vive na miséria.

Organização Administrativa Tributária do Ceará

DOS 184 MUNICÍPIOS:

8- razoável

30- mínima

146- não possuem





Ações da SEDS nos municípios de baixo IDH

A secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná, Fernanda Bernardi Vieira Richa, abriu os trabalhos do segundo dia do III Seminário do Fisco Paranaense, ao tratar das ações desenvolvidas pela Secretaria nos municípios de baixo IDH.

Segundo Fernanda, a Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná (SEDS), assim como a assistência social no Brasil, não tem orçamento obrigatório. Normalmente essas áreas são tratadas como uma forma de benesse pelos governos estaduais.

“Embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) destine recursos diretamente do governo federal, é muito importante que as pessoas reconheçam o grande desafio que é gerir uma secretaria que não tem or-

çamento”, explicou Fernanda.

A participação do SINDAFEP na Campanha Espalhe Calor 2012 é um exemplo de como ações de cidadania colaboram com a Secretaria no desafio de superar metas.

“A ajuda de vocês é muito importante. Vocês podem fazer algo para ajudar famílias carentes que não têm oportunidade, que passam frio, passam fome, passam necessidades. Espero contar com a participação de vocês na campanha desse ano”, disse Fernanda.

CRIAÇÃO

Até 2011, quando Beto Richa assumiu como governador do estado, o Paraná não possuía uma secretaria voltada para a assistência social.

O estado apenas contava com ações segmentadas como o projeto socioeducação - que envolve equipamentos de privação de liberdade e medidas penais para jovens infratores - alocado na época na Secretaria de Estado da Infância e da Juventude. Também contava com projetos de proteção social básica e especial que estavam erroneamente alocados na Secretaria de Estado do Trabalho.

De janeiro a junho de 2011 Fernanda e sua equipe aglutinaram todos os elementos referentes à assistência social que estavam dispersos na organização administrativa do estado para formar a atual Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

Desta forma, a partir de setembro de 2011, a Secretaria começou a receber recursos humanos e orçamento do governo estadual, o que marcou efetivamente o início do seu funcionamento.

Desde sua criação já foram instalados vinte e três escritórios regionais que buscam agilizar as informações necessárias e acompanhar as ações desenvolvidas nos municípios do estado.

ORGANIZAÇÃO

Com a missão de promover a inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade de risco social no estado do Paraná, a Secretaria tem crescido rapidamente.

Hoje, a SEDS é responsável pela política de assistência social, pelo Sistema Único de Assistência Social, pela



CAMPANHA ESPALHE CALOR 2012

ATENDIDOS	ATENDIDOS
190 municípios	138 municípios
77.385 famílias	91,1 mil pessoas
DISTRIBUÍDOS	DISTRIBUÍDOS
129 cobertores	359,3 mil roupas

SINDAFEP arrecadou o equivalente a
130 mil cobertores.



política da criança e do adolescente e pela política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei e Sistema Socioeducativo.

Segundo Fernanda, as ações, programas, serviços e projetos são executados em parceria com os municípios em todo o estado do Paraná, sem distinção de partido, raça, credo ou cor.

“Todos são atendidos com a mesma atenção, mesma responsabilidade, com o mesmo potencial de comprometimento”, explicou Fernanda.

A atenção social básica é feita dentro dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Nessas unidades são realizadas ações preventivas que visam fortalecer o vínculo familiar evitando situações de vulnerabilidade social.

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são as unidades responsáveis pelas famílias, crianças e adolescentes que estão na eminência de ter, ou já tiveram, seus direitos violados.

A estrutura dos CREAS é voltada para melhorar o atendimento das pessoas em sofrimento. As salas de atendimento são individuais por idade e sexo, para que os problemas dos acolhidos sejam esclarecidos e sanados.

Nos casos mais graves, os usuários são encaminhados para outras unidades responsáveis como hospitais, delegacias, Conselho Tutelar e outros. O objetivo é que o cidadão possa ter um acompanhamento especializado, voltado para a melhora da qualidade de vida.

Segundo a secretária, além disso, a SEDS, por meio dos CREAS, mo-

ESTRUTURA TÉCNICA

- Proteção Social Básica
- Proteção Social Especial
- Renda de Cidadania
- Medidas Socioeducativas
- Gestão do SUAS
- Unidade Técnica do Programa Família Paranaense
- Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente



APOIO TÉCNICO AOS CONSELHOS DE:



- Assistência Social – CEAS
- Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA

DESCENTRALIZAÇÃO:

- Escritórios Regionais (23)
- Centros de Socioeducação – CENSES (18)
- Casas de Semiliberdade (06)



nitores e apóia jovens infratores que cumprem penas alternativas, em liberdade. “O jovem infrator tem o acompanhamento até que ele pague sua pena. Isso quer dizer que o crime que ele cometeu é pequeno, mas não deixa de ser um crime”, diz Fernanda.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social também atende cidadãos em situação de extrema vulnerabilidade, como moradores de rua e viciados em drogas.

“São pessoas que às vezes não que-

rem ser atendidas ou às vezes aproveitam a oportunidade para resgatar a sua vida. E para isso existe um trabalho conjunto com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Sistema de Saúde para que o indivíduo seja reintegrado à sociedade e à sua família”, explica Fernanda.

Além disso, por meio do Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/

PR) aprovou pela primeira vez em 2013 um orçamento de R\$ 10 milhões para projetos que visassem a melhora da qualidade de vida de pessoas com deficiência.

O edital foi liberado para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e doze entidades agregadas à elas, que apresentaram mais de 230 projetos que visam melhorias no funcionamento de suas estruturas e novos programas.

“Desse dinheiro faz parte o montante que a Assembleia Legislativa economizou e devolveu ao governo do estado. Dinheiro que estamos aplicando agora”, lembrou Fernanda.



RENDA DE CIDADANIA

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná é a parte gestora dos programas de transferência de renda, cadastro de

famílias e indivíduos no Paraná.

Responsável pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), coordena programas como o Luz Fraterna, que possui mais de um milhão de famí-

lias cadastradas no estado e o Programa Bolsa Família, que soma hoje no Paraná 440 mil famílias

O programa Luz Fraterna atende hoje 180 mil domicílios em média, por mês, em um total de 24 milhões de reais ao ano de recursos aplicados. Do ano de 2012 para 2013, o governo do estado do Paraná economizou cerca de R\$ 6 milhões por meio do cruzamento de dados entre pessoas que recebiam o Bolsa Família e que eram contempladas pelo Luz Fraterna.

“O resultado foi uma surpresa. Muitas famílias que não eram pobres, não precisavam e se utilizavam desse programa. E com o cruzamento desses dados nós economizamos uma quantidade considerável”, explica Fernanda

Dessa forma, com a própria economia do governo do estado, o consumo máximo para isenção do Programa Luz Fraterna passará a ser de 120 kWh por mês.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL:

Instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, obrigatório para a inscrição em programas de assistência social como o Bolsa Família.

PROGRAMA LUZ FRATERNA

É um programa social do Governo do Paraná que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh/mês de eletricidade.





MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A SEDS também é responsável pela política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em regime de privação de liberdade que, dentro do sistema da Secretaria, devem ser cumpridas em no máximo 3 anos.

Para Fernanda, no que se refere a discussão nacional a favor da redução da maioria penal, é necessário antes discutir medidas de prevenção.

“Não temos que trabalhar com a duração da pena, nem com a maioria penal e sim com a prevenção. Melhorar a qualidade de ensino, a oferta de qualificação profissional. Nós temos que melhorar”, explicou a secretária.

Nesse sentido, até 2014 serão empregados R\$ 43 milhões para manutenção, ampliação, reformas e construção de Centros de Socioeducação (Censes) e Casas de Semiliberdade. Os equipamentos de socioeducação do Paraná serão os primeiros no Brasil a serem adequados às normas do Sistema Na-

cional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Segundo Fernanda, as Casas de Semiliberdade servirão como modelo para todo o Brasil. O governo federal solicitou oficialmente a cessão de uso dos projetos executivos das unidades construídas no estado do Paraná. “Nossas Casas estão quase perfeitas dentro do que se pode esperar no atendimento a esse tipo de situação”, comemorou.

Dentro dos Censes e Casas de Semiliberdade, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a SEDS

desenvolve o Programa de Educação das Unidades Socioeducativas (PRO-EDUSE), que visa qualificar o menor infrator por meio de educação básica e cursos técnicos.

O Projeto *CulturAção*, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, também oferece oficinas culturais para os adolescentes dos Censes. Além disso, os jovens têm aulas de xadrez – em uma parceria com a Federação Paranaense de Xadrez - e de karatê.

O Programa Apoio ao Jovem Educando (AJE) acompanha os adolescentes após o cumprimento de medida socioeducativa, inclusive com repasse de bolsa-auxílio de R\$ 100,00 mensais, com o objetivo de incentivar a continuação dos estudos.

O apoio da família, tão importante nessa situação de privação de liberdade, acontece por meio do Programa de Apoio a Famílias de Adolescentes, que visa o fortalecimento de vínculos familiares e a responsabilização das famílias junto ao processo socioeducativo.

São tomadas providências para que os adolescentes não fiquem a mais de 100km das famílias. O programa ain-

“NÃO OFEREÇA ESMOLAS, DOAÇÕES PARA MORADORES DE RUA, NEM PAGUE POR PEQUENOS SERVIÇOS E MERCADORIAS QUE MENORES VENDEM NAS RUAS. DESSA FORMA, OS INDIVÍDUOS EM VULNERABILIDADE IRÃO PROCURAR OS EQUIPAMENTOS DE APOIO E AS CRIANÇAS, O CONTRATURNO DAS ESCOLAS.”

Fernanda Richa

da inclui repasse de passagens e vales-transportes para que as famílias visitem seus filhos. Em 2012, a SEDS disponibilizou 7.314 vales – com um custo de mais de R\$ 16 mil - e 1.600 passagens, num total de cerca de R\$ 138 mil.

Para os casos de drogadição, a SEDS tem convênio com comunidades terapêuticas. Por meio do convênio, existem 121 vagas em nove municípios, em doze comunidades terapêuticas conveniadas. Em 2012 foram atendidos 246 adolescentes com recursos do Fundo da Infância e Adolescência.

“Em 2013, haverá ampliação para as 23 regionais da SEDS para que tenhamos um acompanhamento de perto e monitoramento do resultado dessas ações que realizamos”, prometeu Fernanda.


O Programa Aprendiz visa garantir a profissionalização e a inclusão social dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou que são beneficiados com remissão. Em 2012 o programa atendeu 620 adolescentes.

GESTÃO DO SUAS

A gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) engloba todos os trabalhos básicos da assistência social - proteção e benefícios, a capacitação do pessoal da SEDS, gestores, trabalhadores e conselheiros da Assistência Social de acordo com as diretrizes do governo federal e cadastro de entidades socioassistenciais.

Segundo Fernanda, a União repassa apenas recursos para os programas que o próprio governo federal criou, como o Bolsa Família, deixando os outros programas como responsabili-

INVESTIMENTO DE 2 MILHÕES



R\$ 1,9 milhões (FIA) + R\$ 216 mil do Tesouro Nacional (SETI) + R\$ 128 mil da Universidade Estadual de Londrina.

dade do estado e do município.

“O governo federal vem diminuindo sua participação em recursos nos estados e municípios e aumentando seu caixa. Tem ficado pesado para o estado fazer a manutenção e os trabalhos de assistência social”, explica Fernanda.

O governo do estado do Paraná investirá até 2014, com o Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, a importância de R\$ 3,7 milhões, referente a 10 mil vagas.

Além disso, também está sendo realizado o cadastro das entidades socioassistenciais e capacitação de gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social.

POLÍTICA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A garantia da proteção integral de crianças e adolescentes ocorre por meio de articulação intergovernamental e intersetorial. São ações entre o governo do Paraná e prefeituras, com outros estados e União; parcerias entre a SEDS e outras secretarias, conselho e diversos órgãos.

Uma dessas parcerias é a construção do Laboratório para Exames de DNA, em Londrina. Num investimento de mais de R\$ 2 milhões, o projeto vai eliminar processos de paternidade, provendo a melhora na vida das famílias que têm esse tipo de processo paralisado.



Outra ação para garantir os direitos das crianças e adolescentes é o fortalecimento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSELHOS TUTELARES

Desde 2010, Fernanda luta pela unificação da data para as eleições dos Conselheiros, que entra em vigor em 2015. Dessa forma, haverá um esclarecimento maior sobre o que é ser conselheiro e quais são suas atribuições.

A SEDS também realiza capacitação semipresencial em parceria com a Escola de Governo com o curso de formação de conselheiros tutelares para preenchimento do SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência). Foram atendidos mais de 2 mil Conselheiros Tutelares do Paraná, com investimento de R\$ 1,6 milhões.

Também realiza cursos de formação continuada para conselheiros tutelares e conselheiros de direitos da criança e do adolescente, em parceria com o CED-

CA e Universidades Estaduais. Já foram investidos R\$ 2,1 milhões para capacitar 5,2 mil alunos em quinze polos por todo estado.

De acordo com Fernanda, com o conhecimento adquirido através dessas ações os conselheiros poderão atuar efetivamente no resgate das crianças.

Além da instrução, a SEDS investiu R\$13,2 milhões para a aquisição de veículos e computadores aos Conselhos do Paraná, além de reivindicar a criação de um novo conselho em Foz do Iguaçu.

Outra ação voltada para os adolescentes é a Guarda Mirim, que visa ensinar e oferecer qualificação profissional através da inserção em empresas públicas e privadas. Hoje o programa conta com 74 empresas parceiras que atendem um total de 370 adolescentes em Curitiba e Região Metropolitana.

PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

Durante o período em que esteve a frente da Fundação de Ação Social (FAS),

em Curitiba, Fernanda implementou o Projeto Família Curitibana.

O trabalho desenvolvido por meio do programa diminuiu a pobreza na capital paranaense em 65 por cento, colocou milhares de famílias na formalidade e gerou novos empreendimentos. Devido a esse sucesso o projeto foi adequado à realidade do estado, criando o Programa Família Paranaense.

O programa estadual visa promover a autonomia e o protagonismo das famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em todo o estado do Paraná. O projeto foi baseado na articulação e consolidação de uma Rede Integrada de Proteção, com ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades familiares de cada região do Paraná.

Dessa forma, cabe aos municípios montar a rede de assistência social, cadastrar e atualizar as famílias no CadÚnico e manter os equipamentos funcionando - CRAS, CREAS, Censes. Assim, a SEDS pode realizar convênios com os municípios para a execução das ações do Programa Família Paranaense, sob a coordenação da Secretaria.

A cooperação entre os órgãos do Governo para a eficácia do Programa é essencial. Quando as famílias são realocadas para casas construídas pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), outros órgãos - a Secretaria do Meio Ambiente, por exemplo - entram com projetos na área de risco desocupada, para que outras famílias não venham a residir no local.

Outras ações de cooperação que garantem o sucesso do programa são medidas para inserção ou reinserção no mercado de trabalho dos membros das famílias atendidas e o Programa Juro



Zero, da Fomento Paraná, que empresta dinheiro a juros que chegam à nulidade, além de outros benefícios para pequenos empreendedores.

Atualmente, o Programa Família Paranaense atua em 130 municípios prioritários, atendendo 30 mil famílias.

“São essas ações que mudam a história da vida das pessoas”, afirma Fernanda.

Além da SEDS, COHAPAR, Secretaria do Meio Ambiente e Fomento Paraná, integram a rede do Programa Família Paranaense as Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, do Trabalho, da Segurança, da Justiça, do Esporte, da Agri-



PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE



METAS:

- Atender **80%** dos municípios do estado. Promover a autonomia e o protagonismo das famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em todo o estado do Paraná.
- **320** municípios
- **100 mil** famílias em situação de vulnerabilidade social e risco
- **130** municípios prioritários/hoje
- Investimentos do programa em 5 anos – 2013/2017 de **200 milhões/BID**

cultura e Abastecimento, da Cultura, do Desenvolvimento Urbano, da Ciência e Tecnologia, das Relações com a Comunidade, do Planejamento, da Administração e da Previdência; e também a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

DESAFIOS DA SEDS

Embora o Paraná seja um estado produtor de riquezas e alimentos, a realidade para muitos cidadãos é de extrema pobreza. Segundo o Censo 2000, o Paraná conta com 83,8 mil domicílios com renda per capita de até setenta reais por mês.

“Isso é falta de respeito de gestores, falta de responsabilidade. É um desdenho com a população. Estamos trabalhando incansavelmente para que esse quadro seja revertido em nosso estado”, desabafou Fernanda.

Nesse sentido, o governo do Paraná tem trabalhado para atrair empresas e investimentos para as áreas mais pobres

PARANÁ



83,8 mil domicílios com
renda per capita até **R\$ 70,00**

COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS ESTADOS DO SUL

PARANÁ

- Situação de extrema pobreza - pior resultado
- Menor IDH = **0,787**.
- Grande concentração de municípios com índice **inferior** ao IDH do Brasil (**0,766**) =
• **296** municípios - **74%**.

nicipios da região.

Outro importante detalhe desse investimento é o repasse de 50 por cento do ICMS incremental gerado pela Klabin para os 11 municípios no entorno de Ortigueira, garantindo que a riqueza não se concentre na cidade-sede da nova fábrica, que receberá o restante dos recursos.

Ações como as que serão tomadas em Ortigueira - divisão da riqueza entre os municípios da região, construção de infraestrutura e ampliação dos serviços da SEDS e de toda a administração - junto com as diretrizes do Programa Família Paranaense de descentralização da gestão, adaptação das ações conforme as necessidades e capacitação profissional, além das parcerias tão fundamentais, são medidas adotadas em todo o estado para combater a pobreza.

Por fim, Fernanda mostrou que é um novo tempo da assistência social no Paraná, que leva em conta o bem estar da população como interesse público e transforma as antigas práticas de bem-estar em dever do Estado.

do estado, para que o desenvolvimento chegue a essas regiões junto com todos os equipamentos do Estado.

Um dos municípios com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Paraná, Ortigueira, receberá investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões para construção e ampliação das instalações da indústria Klabin.

Além do investimento, a empresa planeja trazer 2 mil trabalhadores para as obras. Isso requer a construção de escolas, creches, CRAS, CREAS e ampliação dos serviços da SEDS, e de todo o governo do Paraná, em todos os 12 mu-





Prêmio Gestor Público experiência e lançamento

O III Seminário do Fisco Paranaense apresentou as experiências do Fisco do Rio Grande do Sul com o Prêmio Gestor Público (PGP), que terá sua primeira versão no Paraná neste ano.

O Prêmio Gestor Público, realizado desde 2002 pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande

do Sul (Sindifisco-RS) e, a partir de 2011, em parceria com a Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul (AFISVEC), é um exemplo de sucesso para a categoria em todo o Brasil.

A coordenadora-geral do PGP, Virgínia Cano, e José Flávio de Oliveira, Agente Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e membro do Comitê Técnico do Prêmio Gestor Público, resgataram a história, diretrizes e conquistas do prêmio ao longo desses anos, além de apresentarem os principais aspectos da organização e meto-

dologia da premiação.

Coube a Laerzio Chiesorin Junior, procurador aposentado do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, apresentar o Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR). Chiesorin Junior é coordenador-geral da versão paranaense do prêmio.

EXPERIÊNCIA GAÚCHA

O intuito do PGP é reconhecer os projetos que mudem a realidade dos municípios gaúchos, aprimorando a qualidade do planejamento da gestão



conquistou prestígio no Rio Grande do Sul. “O Prêmio Gestor é uma vitrine para o prefeito”, contou Virgínia. A premiação tornou-se um parâmetro de qualidade, técnico e político, para a gestão pública municipal no estado. Muito desse reconhecimento se deve a seriedade e a ética da premiação. “Não é um prêmio comprado”, garantiu Virgínia.

Desde a primeira edição, a coordenadora observa uma melhoria dos projetos inscritos no PGP, o que indica o aprimoramento na administração dos municípios.

Segundo Virgínia, a categoria também ganha com a credibilidade do PGP. A imagem da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul perante a sociedade tem mudado devido ao reconhecimento desse trabalho de cidadania.

A inserção política e social do Fisco gaúcho, porém, não se resume somente ao PGP. Virgínia ressalta que o Sindifisco-RS tem projetos de educação fiscal, que nasceram do Prêmio Gestor Público.

O FUNCIONAMENTO DO PGP

Embora só existam duas solenidades no ano - o lançamento do Prêmio e a cerimônia de premiação, ambas realizadas da Assembleia Legislativa do Rio Gran-

pública municipal. “É a esfera municipal que precisa de mais planejamento, de mais controle, além de transparência”, ressaltou Oliveira.

O planejamento para as prefeituras é fundamental, pois parte dos recursos da União estão parados no Tesouro Nacional pela ausência de projetos que possam ser executados para melhorar a vida da população.

O PGP busca aproximar os prefeitos das novas ideias, incentivando-os a planejar corretamente, para que tenham a consciência das reais necessidades da população, organizar as finanças para a execução do planejamento, verificar a efetividade da ação e propiciar a divulgação da mesma.

Desde a 8ª edição o Prêmio passou a ter um destaque temático: Educação, Transporte e no atual ano, Saúde. Embora o enfoque maior seja para a área em questão, o PGP não deixa de aceitar, avaliar e premiar projetos de outras competências.

Virgínia Cano, que também é Diretora de Assuntos de Aposentados

e Pensionistas do Sindifisco-RS, está envolvida com o PGP desde a sua primeira edição, quando foi convidada a integrar o Comitê Técnico, devido a sua experiência na área fiscal. “A ideia que moveu o Prêmio, no início, foi a responsabilidade social”, contou.

Outra motivação para o grupo que idealizou o Prêmio Gestor Público no Rio Grande do Sul, no início da década de 2000, foi a troca de experiências e conhecimentos entre os servidores mais antigos e os novos. Além de solidificar o PGP, essa troca tem o intuito de formar servidores especialistas em finanças públicas e que valorizem a profissão, unindo a categoria.

Ao longo de todas as edições, o PGP

“É A ESFERA MUNICIPAL QUE PRECISA DE MAIS PLANEJAMENTO, DE MAIS CONTROLE, ALÉM DE TRANSPARÊNCIA.”

José Flávio de Oliveira

O PGP BUSCA APROXIMAR OS PREFEITOS DAS NOVAS IDEIAS, INCENTIVANDO-OS A PLANEJAR CORRETAMENTE, PARA QUE TENHAM A CONSCIÊNCIA DAS REAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO.

de do Sul - o PGP possui cronograma com atividades durante o ano todo.

O processo contínuo vai desde a idealização do tema até a organização da festividade de encerramento, passando por período de inscrições, pré-análises dos projetos, visitas *in loco*, avaliações individuais e coletivas.

No período de pré-análise os projetos passam por uma triagem pelos coordenadores e comitê técnico, que aferem a validade daquele projeto.

Em seguida os avaliadores vão a campo atestar a veracidade do projeto. Analisam sua amplitude, sua eficácia e eficiência dentro do contexto social em que está sendo executado. “O projeto tem que deixar claro que é feito em prol da população”, explicou Oliveira.

A avaliação dos projetos nos municípios do Rio Grande do Sul é feita voluntariamente por fazendários filiados ao Sindifisco-RS. Os gastos com traslado e hospedagem são ressarcidos pela coordenação do Prêmio.

Os avaliadores produzem, eletronicamente e em sigilo, um relatório acerca do que presenciaram. Estes documentos são encaminhados para o Comitê Técnico que, em consenso, atribui notas aos projetos.

Na última etapa, os projetos mais bem pontuados são enviados para a Comissão Julgadora, que é composta por

entidades e órgãos de controle de importância para a sociedade.

A premiação dos projetos escolhidos pela Comissão não consiste em dinheiro. O prêmio é o reconhecimento público de uma administração efetivamente voltada para o bem-estar da população.

Pouco tempo após a entrega dos prêmios, a coordenação do PGP já começa a organizar a edição seguinte. Além da busca de novas parcerias e patrocínios, o regulamento é revisto anualmente.

Para viabilizar o Prêmio, Sindifisco-RS e AFISVEC contam com apoio de várias entidades, como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que contribui com a divulgação, organiza-

ção das cerimônias de lançamento e entrega do Prêmio, convites, entre outras funções. O Banrisul patrocina o PGP, porém mesmo com este incentivo, as duas entidades representativas dos Fiscais gaúchos arcam com parte do custo do Prêmio.

Além destes, entidades e órgãos de controle de importância para a sociedade sul-rio-grandense apóiam institucionalmente a realização do PGP como o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa), Televisão Educativa (TVE) Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e Secretaria de Estado do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.



PRÊMIO GESTOR PÚBLICO 2013

A 12ª edição do Prêmio Gestor Público gaúcho foi lançada em abril com o tema *Saúde é Vida*.

Segundo Virginia, a intenção é premiar o melhor projeto que vise a saúde preventiva, sem espaço para medidas emergenciais. Podem ser inscritos até 5 projetos de cada prefeitura. Estes devem estar em efetiva execução em 2013.

PRÊMIO GESTOR PÚBLICO PARANÁ

Sob a coordenação-geral de Laerzio Chiesorin Júnior, o SINDAFEP realizará a versão paranaense do PGP em 2013, com o tema *Educação: uma necessidade, uma certeza*.

Idealizado nos moldes da versão gaúcha, o PGP-PR reconhecerá, todo ano, projetos que se destaquem nas mais diversas áreas. No Paraná, assim como no Rio Grande do Sul, não só a prefeitura poderá concorrer, mas também entidades da administração indireta e consórcios municipais que se inscreverem, gratuitamente, pelo site da premiação.

Não haverá gratificação em dinheiro. Os ganhadores terão reconhecimento público por meio da entrega de troféus e divulgação ampla nas diversas mídias.

Para o vencedor em Tecnologia da Informação e Comunicação o prêmio consistirá no direito de uso de softwares fornecidos pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

A avaliação dos projetos inscritos será feita voluntariamente por Auditores fiscais da Receita Estadual - filiados

ao SINDAFEP e devidamente treinados - que visitarão os municípios que possuírem projetos inscritos para analisar o impacto e importância da iniciativa para a população local.

Após as visitas, as avaliações serão apresentadas ao comitê técnico, que atribuirá nota a cada projeto.

Os projetos com melhor pontuação serão encaminhados à comissão julgadora, formada por pessoas indicadas pelos patrocinadores, apoiadores e instituições da sociedade civil organizada, que irá deliberar coletivamente sobre cada projeto, ouvindo avaliadores, comitê técnico e coordenação do prêmio para definir os vencedores.

Para viabilizar todo esse processo, o SINDAFEP disponibilizará funcionários do sindicato para dar apoio logístico aos avaliadores, comitê técnico, coordenação e comissão julgadora.

Chiesorin Junior ressaltou o compromisso do SINDAFEP em atuar além das questões que envolvem exclusivamente o Fisco paranaense. “Essa iniciativa demonstra o interesse do SIN-

DAFEP em colaborar na melhoria da qualidade da vida das pessoas”.

O coordenador-geral destacou outros pontos importantes do PGP-PR que, além de propiciar o conhecimento de atuações adequadas e de resultados efetivos, difundirá estas iniciativas, para que boas ideias gerem outras ou possam ser adaptadas a novos contextos. “Será criado um banco de dados que poderá ser consultado por todos os prefeitos do Paraná”, explicou.

Com essa cultura de resultados na administração municipal, o Prêmio incentivará a execução adequada de projetos, proporcionando mais eficiência, transparência e melhores resultados na governança pública municipal.

Segundo Chiesorin Junior, o Prêmio gestor Público Paraná trará saldos positivos para todos os envolvidos: o gestor que tiver o reconhecimento público, a comunidade que terá projetos efetivos, o SINDAFEP que cumprirá sua missão de entidade responsável e os avaliadores que conhecerão melhor os municípios da região onde vivem.





O papel da PGE na defesa do Estado

O Papel da Procuradoria Geral do Estado (PGE) na defesa do Estado foi o tema da palestra que abriu os trabalhos tarde no segundo dia do III Seminário do Fisco Paranaense.

Segundo o diretor-geral da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Roberto Altheim, compete ao órgão a representação e defesa do estado em todas

as ações judiciais que envolvam o Paraná como parte.

As procuradorias dos estados estão previstas no Artigo 132 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que trata das funções essenciais da justiça e prevê que os procuradores-gerais aprovados em concurso público possam ingressar em juízo em nome da unidade federada a qual pertencem contra qualquer um que cause danos ao erário.

“Outras carreiras que representam juridicamente as unidades federativas são julgadas inconstitucionais pelo Su-

premo Tribunal Federal (STF)”, explicou Altheim.

No Paraná, a carreira está prevista nos Artigos 123 a 136 da Constituição Estadual e tem como Lei Orgânica a LC 40/1986. A legislação prevê outra competência para os procuradores do Paraná: além de consultoria jurídica e representação judicial, também estabelece orientação jurídica aos municípios em caráter supletivo. “Por isso, municípios pequenos solicitam muito o trabalho da PGE”, disse o diretor-geral.

Assim como acontece no Fisco, os procuradores constituem uma carrei-

ra de Estado, aprovados em concurso público, sendo, portanto, pessoas bem formadas, imbuídas da responsabilidade que sua atuação tem na administração pública do Estado.

ORGANIZAÇÃO DA PGE

As Unidades Regionais foram criadas pela Procuradoria, de acordo com o volume de trabalhos das Comarcas, para evitar gastos com locomoção dos procuradores pelo estado. Nessas unidades, os procuradores tem plena atribuição sobre tudo o que acontece na Regional.

“Desde multa do sujeito que pulou o muro para roubar o sabiá até ação civil pública para impedir a construção da Usina de Mauá, o que é muito sério”, exemplificou Altheim.

Além destes, os procuradores lotados em Brasília buscam defender o Paraná no STF, Tribunal Superior do Trabalho (TST), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Regional Fede-

ORGANIZAÇÃO DA PGE

- 275 procuradores
- 17 Unidades Regionais
- 80 procuradores estão nas Unidades Regionais
- 4 Procuradores estão na PGE em Brasília
- 191 Procuradores em Curitiba

ral (TRF) da 1ª Região e participar de possíveis reuniões com procuradores de outros estados.

Em Curitiba, encontra-se todo o restante dos procuradores, divididos nas Procuradorias Especializadas, nos Núcleos Jurídicos da Administração Pública e nas coordenadorias da PGE.

As Procuradorias Especializadas

são responsáveis por atuar na Justiça em nome do estado do Paraná, seja ajuizando ações contra pessoas físicas ou jurídicas que causem danos ao erário, seja com pedidos de recursos para questões desfavoráveis ao estado.

Os Núcleos Jurídicos da Administração foram criados pelo Decreto Estadual nº 4.660/2012 e tomaram forma com os procuradores que foram admitidos no último concurso. Cada núcleo está em uma das secretarias do Governo do Estado, além do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), com o intuito de assessorar e defender judicialmente cada um desses órgãos.

As Coordenadorias cumprem diversas funções institucionais e interinstitucionais.

Completando a organização da PGE, há o Gabinete do Procurador Geral, que além do diretor, possui quatro procuradores.

Existe também o Conselho Supe-



rior. Composto por quatro procuradores eleitos, outros quatro indicados pelo diretor - além dele próprio - funciona como estância recursal das decisões do procurador geral que analisa propostas de acordos ou desistência em ações e outros assuntos de grande importância para a PGE.

ATIVIDADES DA PGE

Conforme Alheim, há uma forte tendência de judicialização das políticas públicas. Isso acontece quando algum cidadão, por algum motivo, entende que determinada política pública não o está satisfazendo.

“Quando uma política pública se judicializa, toda uma discussão financeira, orçamentária, econômica, morre”, lamentou o procurador.

Esse é a principal causa do grande volume de trabalho da PGE, pois, mesmo contraditória, o estado tem direito à ampla defesa judicial.

“Tentamos justificar o injustificável”, disse Alheim, “ou no mínimo defender todo o planejamento financeiro que há por trás de toda política pública.”

Porém, o Poder Judiciário tem interesse apenas para o direito, ou não, do que está sendo reclamado, indiferente de existir verba para que a decisão da



Corte seja obedecida.

Como exemplo, o diretor garantiu que 80 por cento do trabalho da Procuradoria Administrativa se refere a remédios não fornecidos pelo sistema público de saúde.

O fornecimento de medicamentos para o usuário no Sistema Único de Saúde (SUS) depende de alguns pré-requisitos básicos impostos pelo Ministério da Saúde. Já a compra desses remédios é dividida entre União, estados e municípios, de acordo com a complexidade do fármaco.

Porém, a pessoa que necessita do medicamento nem sempre está interessada em quem paga pelo medi-

camento, e entra com ação judicial contra o estado. O Judiciário, diante de uma vida que depende daquele remédio, na maioria das vezes decide pelo fornecimento imediato da medicação.

Diante de inúmeras situações como essa, a PGE começou a trabalhar de maneira diferente. “Não tem como brigar com o cidadão que precisa de remédio, vamos atrás do ressarcimento desse dinheiro”, explicou o procurador.

Dessa forma, a Procuradoria começou a coletar informações sobre quem deveria pagar pelo medicamento fornecido através de cada decisão judicial - União, estado ou municípios - para reclamar o ressarcimento desse dinheiro.

Outros casos estão sendo estudadas pela PGE a fim de evitar fraudes. São ações que requerem medicamentos ainda não indexados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) ou que sequer foram

“QUANDO UMA POLÍTICA PÚBLICA SE JUDICIALIZA, TODA UMA DISCUSSÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, ECONÔMICA, MORRE”

Roberto Alheim



aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Medicamentos que serão revendidos após o fornecimento e casos que não necessitavam de medicamento.

Outra política pública afetada pelo processo de judicialização e que conta com o trabalho da PGE é o sistema de georreferenciamento para matrícula escolar, proposto pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Baseando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, a SEED passou a matricular os alunos na escola mais perto de sua residência. Isso permite um maior controle sobre material, gastos, construção de novas escolas, etc.

Contudo, pais de alunos entraram em juízo contra o Paraná requerendo a matrícula de seus filhos numa escola distante de sua residência, alegando melhores condições na instituição, intimidade da criança com os colegas. A Justiça, visando os direitos fundamentais de bem-estar da criança e do

adolescente, obriga o estado a matricular a criança onde os pais querem.

“Isso inviabiliza o planejamento público. Felizmente conseguimos uma liminar mantendo o georreferenciamento para matrícula no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná”, relatou Altheim.

A Procuradoria de Precatórios, Coordenação de Execuções e Cálculos, que cuida da execução das sentenças contra o estado do Paraná após expedição do precatório, é a procuradoria especializada que mais gera benefícios econômicos para o Estado. Através da análise, pede a anulação de precatórios que seriam inscritos e

revisão dos já inscritos. “Em 2012, o Paraná deixou de pagar R\$ 20 bi, basicamente por correção de juros feita pela Procuradoria”, diz o procurador.

Devido à terceirização, a PGE tomou uma postura mais ativa na área trabalhista. Muitas ações requerem que o Estado pague ao trabalhador terceirizado o que a empresa ganhadora da licitação não o pagou. O TST responsabiliza o Estado pelo não-pagamento de empregados terceirizados desde que a administração pública seja omissa no contrato com a prestadora.

Para impedir que o erário pague duas vezes - uma para a empresa e outra para o trabalhador via ordem judicial - a PGE tem monitorado todos os contratos de terceirização feitos pelo Paraná e, quando há suspeita de atraso de salários, entrado com ações civis públicas para defender esses empregados e os cofres públicos, retendo o pagamento da empresa contratada.

Outra vitória da PGE foi a inauguração do Centro de Detenção de Cruzeiro do Oeste, para 800 presos. “Só saiu depois de briga judicial com o Ministério Público Federal sobre normas de direito ambiental”, contou o diretor-geral.

A finalização do Palácio das Araucárias também ocorreu por conta do

“CONSEGUIMOS ALGUNS BLOQUEIOS DE VÁRIOS BILHÕES DE REAIS QUE NUNCA SERIAM OBTIDOS EM EXECUÇÕES FISCAIS”

Roberto Altheim

trabalho da PGE. A empresa contratada pediu na Justiça reequilíbrio econômico e financeiro, requisitando recursos financeiros para terminar a obra. Em reconvenção, a construtora foi obrigada a indenizar o Paraná.

Outras vitórias da Procuradoria ocorreu na disputa para que o Paraná não pagasse os R\$ 150 bi em indenizações no caso conhecido como “Gleba dos Apertados” e a manutenção do transporte escolar em vários municípios do interior do Paraná, quando os prefeitos decidiram paralisá-lo alegando falta de repasse de verbas do estado.

A PGE E O FISCO

Althem enxerga PGE e Fisco como “a mão direita e a mão esquerda de um mesmo corpo que precisa disso para sobreviver”.

A PGE chegou a conclusão de que execução fiscal burocrática não passa de um cumprimento de um dever funcional da Procuradoria. “Arrecadar tributo por execução fiscal é irrisório. Os fatos demonstram isso”, afirmou Althem.

Para fazer com que os tributos sejam coletados de maneira eficiente, a PGE tem entrado com ações cautelares, com base no Artigo 50 do Código Civil, a fim de bloquear bens de pessoas ligadas à grupos econômicos que se aproveitam do débito. “Já conseguimos alguns bloqueios de vários bilhões de reais que nunca seriam obtidos em execuções fiscais”, diz o procurador.

Segundo o procurador, para que essa medida seja mais efetiva é preciso maior interação entre Fisco e PGE. “O

Fisco tem que nos contar quando um devedor contumaz e sistemático está tomando atitudes de devedor contumaz e sistemático. Assim a PGE pode tomar ações cautelares para bloquear bens do sujeito”, explicou Althem.

MISSÕES DA PGE

A fim de aprimorar a atuação da PGE na melhoria do Estado, Althem diz que o órgão sofre com escassez de mão-de-obra, de suprimentos e de orçamento. “O trabalho cresce em progressão geométrica e a mão-de-obra, se aumentar, aumenta em progressão aritmética”, disse o diretor-geral.

Para contornar essas dificuldades, a Procuradoria procura otimizar o trabalho. Para limpar a pauta de pequenas ações, a PGE está criando uma Regra Geral de Acordos.

Segundo Althem, o órgão deixará de recorrer por matérias perdidas, como o caso dos remédios, e buscará outras formas de ressarcir o prejuízo.

“Não vamos deixar de defender o Estado”, ressalta.

Além disso, para agilizar os procedimentos, a PGE não possui mais processos físicos, salvo documentos que necessitam de assinatura. E todos os documentos antigos estão sendo digitalizados.

A principal demanda quanto à atuação na área fiscal é a proximidade entre o fato gerador do tributo e a tomada de atitudes judiciais cabíveis. “Quanto mais dias passarem do fato gerador para tomarmos uma atitude, mais impossível se torna o sucesso dessa atitude”, explicou o procurador.

Para convencer a população e, conseqüentemente, o judiciário, o procurador garantiu que é necessário esclarecer os contribuintes. “A entidade fiscalizatória ocorre pela defesa da ordem econômica, pois o contribuinte que age corretamente não sobrevive se os outros não agirem da mesma forma sistemática”, explicou Althem.





Coordenação da Receita do Estado do Paraná

A palestra final da terceira edição do Seminário do Fisco Paranaense contou com a participação da Coordenação da Receita do Estado (CRE), que apresentou o andamento de projetos que adicionarão agilidade e eficiência no trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA) para o cidadão paranaense.

O Auditor Fiscal Glauco Oscar Ferreira Pires apresentou os objetivos principais do Projeto Phoenix, mostrando sua complexidade, que vai além da aquisição de tecnologia, e as etapas de implementação do projeto.

Já Maria de Fátima Zanardini Albini, coordenadora do Processo Eletrônico, apresentou o e-Processo, seus objetivos e metas. Contou, também, como o projeto da SEFA virou solução padrão para todo o estado.

PHOENIX

O projeto constitui-se na implemen-

tação de um novo ambiente analítico na SEFA, com o objetivo de disponibilizar, aos Auditores Fiscais e demais funcionários da Secretaria, acesso amplo e eficiente de dados e informações produzidos pelos sistemas corporativos. “É o renascimento do Fisco paranaense”, afirmou Pires ao explicar a origem do nome do projeto.

Segundo Pires, com o Phoenix os fazendários terão rapidez no consumo de informações corporativas do Fisco paranaense. No atual sistema, os dados existem, mas o uso e análise destes não é tão eficaz como será com a implementação

total do projeto.

O Phoenix tem 3 objetivos específicos que darão corpo ao projeto durante toda sua fase de implementação:

1 - DESENVOLVER E IMPLEMENTAR SOLUÇÃO DE DW

No Data Warehouse (DW) estarão todas as informações do Fisco paranaense, preparadas para análise e com acesso rápido e eficaz. Para tanto, a CRE já possui equipamentos e começou a transportar dados para esse grande banco de dados.

Porém, para essa alocação de dados, a CRE também adquiriu uma ferramenta de ETL, que além do transporte faz a melhoria da qualidade dos dados através do cruzamento de informações que estavam em bases distintas. Com esse processo, as informações que antes eram isoladas nas bases da SEFA irão interagir entre si, gerando maior agilidade.

Algumas por bases de dados antes de serem indexadas no DW passarão por

“NO DATA WAREHOUSE (DW) ESTARÃO TODAS AS INFORMAÇÕES DO FISCO PARANAENSE PREPARADAS PARA ANÁLISE E COM ACESSO RÁPIDO E EFICAZ”

Glauco Oscar Ferreira Pires

um intermediário chamado DW Stages. É o caso das bases do CV115, EFD, NF-e e CIF. Durante esse processo, estas bases serão normalizadas, devido à complexidade e quantidade dos dados contidos nelas.

2 - DESENVOLVER E IMPLEMENTAR UMA SOLUÇÃO DE BI

Para transformar os dados brutos em algo que possa ser utilizado pela Fazenda paranaense, as ferramentas de Business Intelligence (BI) transformarão o conteúdo do DW em informação visualmente atraente de forma rápida, como gráficos. Isso democratiza o acesso, pois o uso do

sistema será intuitivo, não requisitando conhecimentos profundos em informática.

Além de ser autogerenciável, solucionando por si só pequenos erros que possam acontecer, o BI permitirá aos Auditores consultas macroeconômicas específicas, de maneira facilitada e rápida.

O projeto prevê a criação de um Centro de Competência de BI (BICC - *Business Intelligence Competency Center*). Essa estrutura será constituída em grupos de pessoas que serão responsáveis pela estratégia de implementação do BI. Elas estarão nas regionais, coordenadorias e outros departamentos da SEFA. Gerindo de forma compartilhada o BI conseguirão identificar desafios cruciais para o projeto como necessidades dos usuários e aquisição de equipamentos.

3 - DESENVOLVER E IMPLEMENTAR FERRAMENTA DE AUDITORIA FISCAL

Segundo Pires, esta ferramenta é um dos principais objetivos do projeto. Ainda não foi iniciada, mas faz parte do guarda-chuva que é o Projeto Phoenix. Ela permitirá acessar e trabalhar os dados para apontar os indícios de fraude para os Auditores Fiscais, facilitando e agilizando o trabalho.



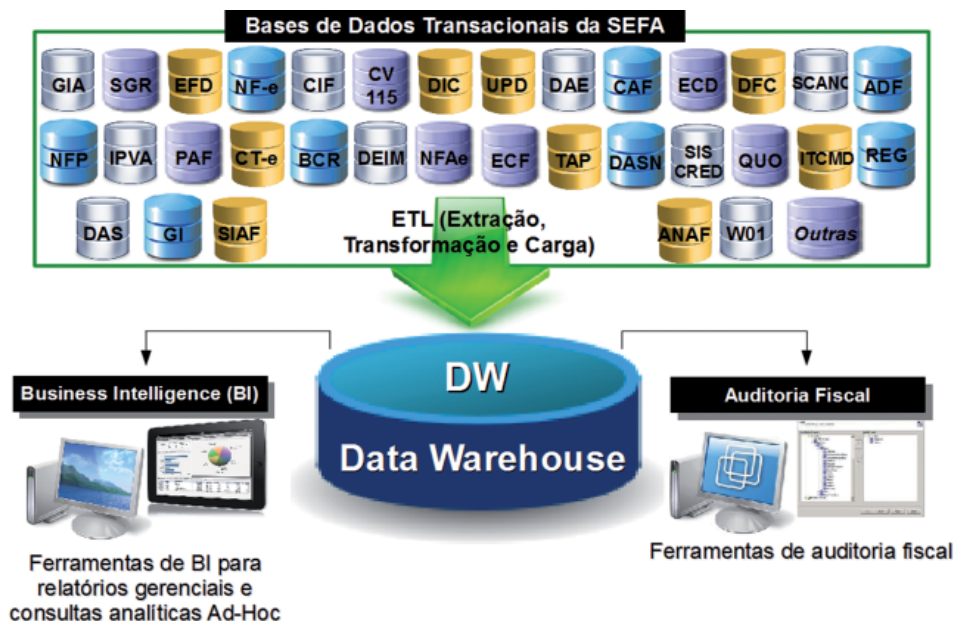
A aquisição de todas essas soluções - que envolvem equipamentos e softwares - percorre várias etapas para garantir a lisura do processo.

Inicialmente a CRE foi ao mercado conhecer toda a gama de opções disponíveis, a chamada Prospecção Tecnológica. Em seguida, o Termo de Referência foi produzido com todas as especificações da tecnologia requisitada, dando origem ao objeto técnico para licitação. A partir disto, com o auxílio da Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF), o processo licitatório ocorreu normalmente até a assinatura do contrato.

Dentre as tecnologias previstas no Projeto Phoenix, as soluções de DW e ETL já foram adquiridas e a solução de BI está em processo licitatório.

Pires ressalta que todos os contratos assinados na aquisição de tecnologia - *hardware* ou *software* - possuem cláusula que obriga as empresas vencedoras da licitação a transferir para a CRE o conhecimento desenvolvido.

Para garantir condições técnicas para dar continuidade ao Phoenix após o tér-



mino do contrato com essas empresas, os treinamentos são voltados também para analistas da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

Até o momento muitas horas de cursos previstas nos contratos já foram usadas, e ainda há outras em crédito. Além disso, a CRE, junto às empresas vencedoras das licitações, está organizando *workshops* para a capacitação dos usuários do Phoenix.

Além de treinamentos e *workshops*, a CRE realizará visitas técnicas para conhecer a experiência de outros órgãos com a solução de BI. Pires citou a visita que estava sendo programada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, para conhecer todo o controle do Tribunal com as eleições, e como são programadas e executadas todas as projeções, gráficos e resultados.

Mesmo ainda em implementação, o Projeto Phoenix já está gerando resultados com a ferramenta chamada Sandbox Analítica. Possibilitada pela aquisição da tecnologia, trata-se de uma área apartada no DW que permite ao usuário consultar os dados ainda sem a preparação feita para análise. As bases já disponíveis para esse tipo de consulta são a NF-e, EFD e Sintegra. Pires externou as ações para trazer para a Sandbox as informações da CV 155, do Simples Nacional e dos Cartões de Crédito.

O Auditor explicou que, embora a rapidez de consulta na Sandbox Analítica seja surpreendente, sua usabilidade depende de maiores conhecimentos em in-



formática por parte dos usuários.

Mesmo diante de resultados iniciais positivos, Pires destacou que a equipe da CRE responsável pelo Phoenix trabalhará com alguns pontos-chave, como a forma como o usuário se conectará ao sistema, problemas na gestão dos ambientes e equipamentos do projeto e outros imbróglis burocráticos, que demandarão esforços da Coordenação para serem sanados.

Todo o projeto lida com a dificuldade ocasionada pela ausência de material humano, afirmou Pires. “O Phoenix precisa de pessoas para dar continuidade ao projeto”.

Contudo, a execução do Phoenix não seria possível se não fosse todo o apoio que a CRE tem obtido para a execução do Projeto. A administração da SEFA, assim como a CRE e as delegacias regionais, têm cedido funcionários para trabalharem no Phoenix.

“O Phoenix mostrou uma coisa que a Receita Paranaense perdeu ao longo dos anos: acreditar que a Receita Estadual pode trabalhar de forma colaborativa. Nós provamos que é possível as áreas do Fisco trabalharem em torno de um objetivo comum”, comemorou Pires.

E-PROCESSO

Iniciado em 2011 com a criação de



um grupo gestor formado por funcionários da Receita Estadual e CELEPAR, o Processo Eletrônico visa a eficiência administrativa a partir da modernização dos processos - documentação digital, automatização de tarefas manuais - e da maior capacidade gerencial, monitorando processos, controlando prazos e envio de avisos eletrônicos automatizados. Essa solução busca atender ao inciso 78 do artigo 5º, da Constituição Federal.

O Processo Eletrônico faz parte do Programa de Gestão Fiscal do Paraná (PROFISCO), que é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID). Em 2012, o e-Processo cumpriu todas as metas estipuladas no contrato de gestão entre a SEFA e o Governo do Paraná.

Em dois anos de planejamento, SEFA e CELEPAR, assessoradas pela Gartner, elaboraram um Termo de Referência com 257 requisitos técnicos - incluindo qualificação para os órgãos e seus profissionais - para adquirir solução abrangente, capaz de aumentar o gerenciamento dos processos e conteúdos, com desmaterialização de documentos e integração com sistemas já existentes e facilidade de implementação de novos sistemas.

Maria de Fátima Zanardini Albini destacou que as regras do BID privilegiam as melhores soluções técnicas, e não só o melhor preço. O fornecedor contratado será selecionado pelo critério de Solução Baseada em Qualidade e Custo do BID.

Devido ao planejamento bem executado do e-Processo, o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (COSIT), em reunião no mês de abril, deliberou pela adoção do projeto

“O PHOENIX MOSTROU UMA COISA QUE A RECEITA PARANAENSE PERDEU AO LONGO DOS ANOS: ACREDITAR QUE A RECEITA ESTADUAL PODE TRABALHAR DE FORMA COLABORATIVA. ”

Glauco Oscar Ferreira Pires



GERENCIADOR DE PROCESSOS (BPM)

Através dessa ferramenta, os Auditores fazem uma análise do que necessitam, programam essas solicitações e o sistema modela e constrói fluxos de tarefa para melhor monitoração do administrador. Outras funcionalidades dessa ferramenta são os indicadores de tempo ou quantidade de tarefas realizadas pelo usuário, carga de trabalho por usuário, distribuição de tarefas, estatísticas de processos por marco, entre outras.

A coordenadora explicou que o primeiro procedimento a ser automatizado

elaborado pela SEFA como solução eletrônica padrão do Paraná. Essa decisão, com base na Lei nº 17.079/2012, reconhece a fácil assimilação e adaptação do Processo Eletrônico com outros sistemas do estado. “O estado todo está aderindo a uma ferramenta da SEFA”, comemorou a coordenadora do projeto.

Maria de Fátima explicou também que em 2011 a ferramenta era apenas um gerenciador de conteúdos, mas atualmente o e-Processo consiste na junção entre um gerenciador de processos, um gerenciador de conteúdos e a certificação digital que, através de um barramento de serviços, se integra nos sistemas corporativos da SEFA e demais secretarias.

BARRAMENTO DE SERVIÇOS

Essa solução busca integrar todos os sistemas internos e externos da estrutura administrativa, com diferentes padrões e colocá-los num mesmo padrão, com segurança no transporte dessas informações e agilidade no processo de acesso e busca.

O BPM DO E-PROCESSO ATENDE OS 10 REQUISITOS BÁSICOS INDICADOS PELA GARTNER

- Composição de Modelagem de Processos;
- Interação de Conteúdo;
- Interação Humana;
- Conectividade;
- Monitoração Analítica;
- Simulação e Análise Preditiva;
- Motor de Regras de Negócio;
- Administração e Gerenciamento;
- Repositório de Processos;

será o Processo Administrativo Fiscal (PAF), que é responsável por 70 por cento dos protocolos da SEFA.

GERENCIAMENTO DE CONTEÚDO (ECM)

Segundo os especialistas em banco de dados, William Inmon e Anthony Nesavich, 80 por cento das informações disponíveis nas corporações estão armazenadas em dispositivos não estruturados, ou indexados. São Cds, DVDs, e-mail, relatórios, site, apresentações, computadores locais, entre outros.

O ECM irá gerenciar todos os documentos dos diversos sistemas corporativos em uma estrutura de classificação eficiente. Essa classificação afetará diretamente os processos de indexação e exploração, sendo fator crucial para o sucesso das ações e do planejamento públicos.

Para se adequar às necessidades do Processo Eletrônico, a solução de ECM tem que se integrar com o gerenciamento de processos, permitir manuseio fácil e rápido de documentos, imagens, sons, vídeos e histórico, sem perda de informação.

Além disso, Maria de Fátima ressaltou que todas as ferramentas do mercado atendem ao requisitos do Conselho Nacional de Arquivos quanto ao arquivamento de documentação pública digital, evitando gastos posteriores na formatação desse acervo.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Tecnologia de identificação que permite que transações eletrônicas sejam feitas com integridade, autenticidade e confidencialidade de forma que fraudes não ocorram. Envolve toda uma política de acesso ao sistema e infraestrutura de se-

gurança de acordo com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, a qual institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Maria de Fátima defendeu que a gestão integrada proporcionada pelo Processo Eletrônico facilitará a administração do Estado. Com maior eficiência nas tarefas, os gestores, servidores e técnicos diminuirão a sonegação fiscal, aumentando a arrecadação. Dessa forma, o estado tem menos pressão para planejar suas ações e aumentar os serviços para a população.

Além disso, o e-Processo traz mais segurança e praticidade para o Governo do Paraná. Além da redução de custos e simplificação da logística, o fim dos processos em papel também ajudará na preservação ambiental. Num todo, a gestão pública fica mais próxima de servidores e da população, com a transparência e celeridade providas do Processo Eletrônico.

METAS DA SEFA

Depois de cumprir as metas de 2012, a coordenadora do e-Processo almeja para

o ano de 2013 adquirir a solução de gestão eletrônica de documentos e de processos administrativos em geral e, em 2014, desenvolver o Processo Administrativo Fiscal Eletrônico (e-PAF).

Atualmente, o processo de aquisição está no detalhamento da prova de conceito a ser aplicada ao primeiro classificado. Na sequência, é preciso ter aprovação formal do COSIT e envio do processo ao BID.

A coordenadora explicou que, embora o recurso do BID não tenha sido liberado, a SEFA recebeu uma sinalização para prosseguir com os procedimentos de licitação até a escolha da empresa. Entretanto, não deve fechar o contrato antes da verba ser liberada.

Assim como no Phoenix, técnicos da CELEPAR serão capacitados pela empresa vencedora da licitação para realizar manutenção no Processo Eletrônico, bem como desenvolver novos serviços.

“Os Auditores Fiscais precisam de uma ferramenta que auxilie e facilite o trabalho do dia a dia. O e-Processo vem para auxiliar”, afirmou Maria de Fátima.



Palestras



Solenidade de Abertura



Palestra de Abertura: Paraná Competitivo e as contrapartidas sociais

Palestrante: Luiz Carlos Hauly

Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

Coordenador: Agenor Carvalho Dias

Relatora: Nilce Costa de Oliveira Nascentes



Palestra: As Carreiras de Estado e a Cidadania

Palestrante: Juarez Freitas

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenador: Manoel dos Santos

Relator: Murilo Ferreira Wallbach



Palestra: Experiência do Fisco cearense nas ações de cidadania

Palestrante: José Nilson Fernandes Filho

Diretor do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf)

Coordenador: Fernandes dos Santos

Relator: Maria Teresa Dal Bianco Negrisoni

Palestras



Palestra: Ações da SEDS nos municípios de baixo IDH
Palestrante: *Fernanda Bernardi Vieira Richa*
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná
Coordenador: *Roberto Pizzatto*
Relator: *João Marcos de Souza*



Palestra: Prêmio Gestor Público – A experiência do Rio Grande do Sul e o lançamento no Paraná
Palestrante: *Virgínia Cano*
Coordenadora-geral do PGP-RS
Palestrante: *José Flávio de Oliveira*
Membro do Comitê Técnico do PGP-RS
Palestrante: *Laerzio Chiesorin Junior*
Coordenador-geral do PGP-PR
Coordenador: *Antonio Ramiro Dias Tavares*
Relator: *Roberto Aparecido Piekarczyk*



Palestra: O Papel da Procuradoria Geral do Estado na defesa do Estado
Palestrante: *Roberto Althem*
Diretor-geral da Procuradoria Geral do Estado do Paraná
Coordenador: *Clovis Agenor Rogge*
Relator: *Helio Hisashi Obara*



Palestra: Coordenação da Receita do Estado do Paraná
Palestrante: *Glauco Oscar Ferreira Pires*
Auditor Fiscal da Receita do Estado do Paraná
Palestrante: *Maria de Fátima Zanardini Albini*
Auditora Fiscal da Receita do Estado do Paraná
Coordenador: *Airton Cherpinsky Junior*
Relator: *Vladimir Luiz Raymundi*



SINDICATO DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO
DO PARANÁ